



SONAE MC

Relatório Único de Gestão, 2018

Sonae MC, SGPS, SA

00.

Preâmbulo

A Sonae MC, SGPS, SA (doravante designada Sonae MC) é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade de retalho de base alimentar do grupo, assim como a gestão e operação dos ativos imobiliários de suporte a essa atividade. A Sonae MC, anteriormente denominada Sonae Investimentos, SGPS, S.A., resulta de uma reorganização de participações e de uma reestruturação do perímetro (atualmente composto pelo segmento histórico da Sonae MC, Maxmat e ativos operacionais da Sonae RP) decorrente do “carve-out” realizado no contexto do processo de preparação de admissão à cotação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

A Sonae MC é líder no setor de retalho alimentar em Portugal, estando presente em diversas áreas de negócio através de um portefólio diversificado de insígnias e formatos, incluindo: o Continente (hipermercados urbanos), o Continente Modelo (supermercados de grande dimensão), o Continente Bom Dia (supermercados de proximidade), o Continente Online (plataforma “e-commerce”) e o Meu Super (lojas de proximidade franquizadas) no retalho alimentar, e a Well’s (saúde, bem-estar, cosmética e ótica), o Go Natural (supermercados e restaurantes biológicos), a Bagga (cafetarias), a Note! (artigos de papelaria, livros e presentes), a ZU (artigos e serviços para animais de estimação e veterinária), e a Maxmat (bricolage, retalho de materiais de construção) enquanto negócios adjacentes complementares.

01.

Enquadramento de mercado

O ano de 2018 ficou marcado pela incerteza e volatilidade económica, por correções nas principais bolsas de valores, por grandes flutuações no preço do petróleo e pelo agravamento de tensões geopolíticas. No ano passado, assistimos a um aumento do protecionismo, com os EUA e a China a intensificarem uma guerra comercial e a imporem, mutuamente, tarifas comerciais sobre a importação de produtos, e a contribuírem para o aumento da aversão ao risco entre os investidores.

Na Europa, a União Europeia e o Governo do Reino Unido chegaram a acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia, mas o executivo britânico não conseguiu obter apoio parlamentar, agravando a incerteza em torno do Brexit à medida que o prazo se aproxima do fim. Por seu turno, a Comissão Europeia e o Governo italiano entraram em desacordo sobre a proposta de déficit inscrita no orçamento por subsistirem dúvidas quanto ao compromisso italiano no que respeita à consolidação das suas finanças públicas.

Em Portugal, a atividade económica manteve-se robusta com o PIB a crescer +2,1%, impulsionado principalmente pela procura interna e, em particular, pelo crescimento continuado da despesa privada. O crescimento económico foi apoiado por uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho, que apresenta taxas de criação de emprego sólidas e o nível de desemprego mais baixo em 16 anos (7,0%).

No entanto, o crescimento económico desacelerou no ano passado, refletindo uma moderação natural à medida que a economia se aproxima de uma fase mais madura do ciclo. Após um desempenho muito positivo em 2017, o crescimento do investimento e o crescimento das exportações voltaram a níveis mais sustentáveis.

O consumo privado manteve-se particularmente dinâmico, beneficiando dos níveis elevados de confiança dos consumidores e das condições de financiamento favoráveis. De forma global, as condições de crédito ao consumo continuaram em grande parte favoráveis, com as taxas de juro a permanecerem em níveis considerados baixos. O aumento no preço dos imóveis também contribuiu para um forte efeito de riqueza, proporcionando um impulso adicional ao crescimento do consumo privado.

As vendas a retalho perderam alguma força relativamente ao ano passado (+4,6%), por efeito da desaceleração das categorias não alimentares (+4,3%), enquanto as vendas a retalho de produtos alimentares e bebidas aceleraram (+4,9%). Adicionalmente, a despesa com hotelaria e restauração manteve-se forte (+7,7% e +5,3%), impulsionada pelo consumo de não-residentes.

Analisando em maior detalhe o setor de retalho alimentar em Portugal, verificamos que o último ano se caracterizou por: i) crescimento da oferta, traduzido pela evolução da área de venda, ii) diversificação dos formatos de comércio, com destaque para conveniência e proximidade, iii) aumento do nível de exigência dos clientes e alteração dos seus padrões de consumo e iv) estabilização do peso da atividade promocional nas vendas do setor, mantendo-se todavia em níveis elevados quando comparados com outros referenciais no contexto europeu.

De forma mais concreta, a evolução da base instalada da oferta no País em 2018 registou um ritmo de crescimento mais lento quando comparado com anos anteriores, tendo aumentado, todavia, cerca de 1,8%, com a abertura de aproximadamente 41.000 m² adicionais de área de venda de retalho. Contrariamente ao verificado no ano anterior, o aumento da oferta ocorreu a um ritmo inferior ao de crescimento nominal da procura, beneficiando do dinamismo desta última.

02.

Atividade ao longo do ano

Ao longo de 2018, o volume de negócios consolidado da Sonae MC totalizou 4.308 milhões de euros (dos quais aproximadamente 4.191 milhões de euros relativos a vendas e cerca de 116 milhões de euros relativos a prestações de serviços), correspondendo a um crescimento de 6,2% face ao verificado no período homólogo. Este crescimento do volume de negócios foi impulsionado pela expansão do portefólio, em particular nos formatos de proximidade, e por uma variação de vendas no universo comparável de lojas (LFL) de 3,0%.

Ao longo do ano, a Sonae MC consolidou a sua quota de mercado e posição de liderança no setor de retalho alimentar português, beneficiando da implementação de um conjunto de ações de melhoria da proposta de valor em prol dos clientes, nomeadamente:

- Compromisso e aposta continuada na competitividade e na melhoria da perceção de valor, quer em preço, quer em promoções;
- Maior consistência da qualidade da oferta de perecíveis, em particular das frutas e legumes;
- Inovação contínua e alargamento das gamas de marca própria alimentar e não alimentar;
- Exploração de novas oportunidades na proximidade, por via da expansão acelerada das lojas Continente Bom Dia, sendo de destacar a abertura de 13 unidades deste formato;
- Crescimento a dois dígitos das vendas do canal “online”, suportado numa melhoria sustentada de eficiência e eficácia ao longo da cadeia de abastecimento;
- Reforço da presença no segmento de “Health & Wellness” através de esforços de desenvolvimento orgânico (e.g. abertura de 24 lojas Well’s em 2018, crescimento a dois dígitos das vendas da gama Bio & Saudável), complementados por aquisições cirúrgicas (e.g. compra de 2 supermercados biológicos Amor Bio).

Durante o exercício de 2018, o Grupo prosseguiu também com o desenvolvimento da sua estratégia de monetização de ativos imobiliários, concluindo duas transações de “sale and leaseback” no quarto trimestre, as quais totalizaram um encaixe de 77 milhões de euros e geraram mais valias de 37 milhões de euros. Consequentemente, no final do ano, o “freehold” da Empresa situava-se em 45%.

Em 2018, o “cash-flow” operacional (EBITDA) subjacente do Grupo situou-se em 319 milhões de euros, aumentando 18 milhões de euros face a 2017, correspondente a uma margem EBITDA subjacente estável de 7,4%, e permitindo assim manter níveis de rentabilidade de referência. Este desempenho capitalizou um esforço continuado de excelência operacional e consequentes ganhos de eficiência e agilidade, acomodando assim os reflexos do ambiente altamente competitivo verificado no setor de retalho alimentar português, o forte investimento na otimização e expansão do portefólio de lojas do Grupo e

respetivos impactos nos custos salariais, materializados num aumento dos gastos com pessoal de 7,1% face a 2017, que atingiram assim os 523 milhões de euros.

O resultado operacional (EBIT) da Sonae MC registou também um sólido desempenho, crescendo 14,1% em termos homólogos para 194 milhões de euros em 2018, representando um acréscimo de 24 milhões de euros e uma margem EBIT de 4,5%, apesar de um aumento de 9,3% das amortizações e depreciações que alcançaram assim os 146 milhões de euros, em reflexo do forte investimento em expansão e remodelações realizado nos anos anteriores, e de um aumento das provisões e perdas por imparidade que se cifraram em 13 milhões de euros, decorrente de efeitos pontuais.

O resultado líquido consolidado do exercício atribuível a acionistas situou-se em 649 milhões de euros, dos quais 152 milhões de euros se referem a operações continuadas (36 milhões de euros acima do montante realizado em período homólogo), e 497 milhões de euros a operações descontinuadas, maioritariamente relacionadas com o processo de “carve-out” supramencionado.

03.

Investimento

A Sonae MC concretizou ao longo de 2018 um investimento global de 241 milhões de euros, cumprindo o seu ambicioso plano de aberturas e remodelações, incluindo:

- Investimento destinado à concretização do programa de expansão do Grupo, em particular nos formatos de proximidade, permitindo-lhe finalizar o ano com um portfólio global de 1.108 unidades (incluindo franquias) e uma área bruta de venda instalada de 853 mil m² (um crescimento de 3,6% sobre a base de final do ano precedente);
- Investimento destinado ao esforço de remodelação programada de um conjunto seletivo de unidades de retalho, por forma a alavancar ganhos de produtividade e garantir que estas se mantêm como referências nas respetivas zonas de implementação, incluindo mais de 30 intervenções relevantes durante o período.

04.

Estrutura de capitais

A 31 de Dezembro de 2018 a Sonae MC apresentava um montante global de capitais empregues líquidos de 1.368 milhões de euros. Este valor contempla os ativos imobiliários líquidos do Grupo, que totalizavam 747 milhões de euros à data de fecho do balanço.

No mesmo período o Grupo reforçou a solidez da sua estrutura de capitais, que se manteve robusta, beneficiando de uma redução da dívida financeira líquida em 6,0% que totalizou assim 607 milhões de euros. Este valor implica um referencial pontual sobre o “cash-flow” operacional do ano de 1,9x, em linha com o objetivo de médio prazo assumido pelo Grupo.

O financiamento da atividade beneficiou também da otimização dos custos e do alargamento do prazo médio de maturidade da dívida, decorrentes de um conjunto de operações de refinanciamento bem-sucedidas executadas ao longo do ano.

05.

Perspetivas

Em 2019, as estimativas apontam para um abrandamento do crescimento global para um valor próximo de +3,5% à medida que se encerra o ciclo expansionista num contexto onde imperam receios quanto ao escalar dos conflitos comerciais. A mudança no sentimento económico sentida em 2018 traduzir-se-á em 2019 num declínio progressivo do crescimento para o seu valor de longo-prazo e em melhorias mais lentas no mercado de trabalho. Contudo, parece improvável que o abrandamento se materialize numa recessão. Espera-se também uma maior sincronização no crescimento das economias avançadas e emergentes, com o diferencial das taxas de juro a estreitar.

Na Zona Euro, o crescimento deverá ser mais moderado, marcado por um consumo privado mais suave e uma produção industrial mais modesta na Alemanha, bem como pela desaceleração em Itália e França. No entanto, a incerteza sobre o Brexit pode acentuar a moderação esperada.

As perspetivas para Portugal são globalmente positivas, mas espera-se um abrandamento da atividade económica, espelhando um esbatimento das melhorias do mercado de trabalho e alguma deterioração da confiança entre os consumidores. Em 2019, o PIB real deverá desacelerar para cerca de +1,8%, no entanto, espera-se que a procura interna permaneça relativamente estável, beneficiando da recuperação do investimento privado.

Quanto ao consumo privado, prevê-se que mantenha um ritmo de crescimento sólido de aproximadamente +2,0% em termos reais, impulsionado pelos ganhos salariais e pelo crescimento do emprego, num contexto de baixas pressões inflacionistas. Espera-se também que a taxa de poupança permaneça relativamente estável em níveis historicamente baixos.

No que se refere ao setor de retalho alimentar português, o ano de 2019 será marcado por um acentuar da competitividade entre os principais operadores, decorrente de um aumento previsto da capacidade instalada e conseqüente densidade da oferta no mercado, assim como pela manutenção do preço e das promoções enquanto fatores determinantes, com conseqüências inevitáveis na pressão colocada sobre a rentabilidade e as margens praticadas.

Em 2019, a Sonae MC continuará a focar-se na liderança de mercado e no crescimento rentável, através de: i) Diferenciação crescente em atributos e preferências críticos para a decisão dos consumidores, procurando fomentar um incremento do tráfego em loja e do valor do cabaz médio por transação, ii) otimizar e alavancar os principais processos operacionais do Grupo tendo em vista a manutenção de um perfil de eficiência de referência a nível internacional, e iii) explorar novas oportunidades e avenidas de crescimento, através da antecipação de tendências e movimentos no setor.

06.

Gestão de riscos financeiros

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas.

07.

Divulgação de informação não financeira

Nos termos do nº7 dos respetivamente dos arts 66-B e 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, a sociedade encontra-se isenta da obrigação de apresentação de demonstração não financeira individual ou consolidada, porquanto essa informação encontra-se incluída no relatório consolidado e relatório de sustentabilidade apresentado pela sua empresa-mãe Sonae, SGPS, SA.

08.

Eventos subsequentes

No dia 4 de janeiro de 2019, a Sonae MC, através de uma sua participada, concluiu a transação relativa à aquisição de uma participação de 60% do capital da Tomenider SL, a qual detém 100% da Arenal Perfumarias SLU.

09.

Ações próprias

A 1 de janeiro de 2018 a Sonae MC, SGPS, SA detinha, através da sua participada Modelo Continente, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social. Esta participada procedeu à alienação das mencionadas ações em 17 de setembro de 2018 à Sonae, SGPS, SA.

Em 31 de dezembro de 2018 a Sonae MC, SGPS, SA não detém direta ou indiretamente quaisquer ações próprias.

10.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae MC, SGPS, S.A., a título individual, foi de 61.230.651,79 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva legal:	3.061.533,00 euros
Dividendos:	58.169.118,79 euros
Total:	61.230.651,79 euros

Propõe ainda o Conselho de Administração que se delibere distribuir adicionalmente aos acionistas Reservas Livres no montante de 16.830.881,21 euros, assim perfazendo um dividendo ilíquido global de 75.000.000 euros.

Excluem-se da distribuição de dividendos, as ações que à data da sua distribuição tenham sido adquiridas (ou sejam) detidas pela sociedade ou por qualquer uma das sociedades dela dependentes.

11.

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e acionistas pelo apoio e preferências demonstrados.

Ao Conselho Fiscal, auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae MC pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 29 de março de 2019

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Álvaro José Barrigas do Nascimento

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

Maria Inês Martins Valadas

A.

Glossário

Volume de negócios

Vendas e serviços prestados

Vendas no universo comparável de lojas (LFL):

Vendas de lojas próprias que operam dentro de condições semelhantes em meses comparáveis tanto no período atual, como no período passado comparável, excluindo lojas abertas, encerradas ou que sofreram remodelações significativas num dos períodos. O crescimento de vendas LFL comparado com o período anterior é expresso em percentagem

“Freehold”

Percentagem de propriedade de ativos imobiliários calculada dividindo a área de venda detida pela Sonae MC pelo total de área de venda (valores respeitantes ao final do ano)

“Cash-flow” operacional (EBITDA)

EBIT antes de depreciações e amortizações, provisões e perdas por imparidade, ganhos/perdas de capital resultantes de alienações de subsidiárias e de ativos fixos tangíveis, excluindo itens não recorrentes (ganhos/perdas de capital líquidos resultantes de transações de “sale & leaseback” de ativos imóveis)

“Cash-flow” operacional (EBITDA) subjacente

EBITDA excluindo itens não recorrentes definidos como ganhos/perdas líquidos resultantes das transações de “sale & leaseback” de ativos imóveis. O EBITDA é ajustado por itens que afetam a comparabilidade para melhor compreender o perfil de rentabilidade

Margem EBITDA subjacente

EBITDA subjacente em percentagem do volume de negócios

Resultado operacional (EBIT)

Resultado antes de juros, impostos, dividendos e ganhos/perdas com “joint ventures” e empresas associadas

Margem EBIT

EBIT em percentagem do volume de negócios

Investimento

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Dívida financeira líquida

Dívida financeira (empréstimos, obrigações e outros), subtraída de efetivo em caixa, depósitos bancários e outros investimentos correntes

Capital empregue líquido

Dívida financeira líquida + Capital próprio

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

	Exercício económico 2018				
	Aquisições		Alienações		Saldo a 31/12
	Quantidade	Cotação média	Quantidade	Cotação média	Quantidade
Conselho de Administração					
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério					
Ações Sonae, SGPS	212.987	1,15 €	212.987	1,15 €	2.684.842
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	566.632
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-
Álvaro José Barrigas do Nascimento					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	5.200
António Carlos Merckx de Menezes Soares					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-
Ricardo Emanuel Mangana Monteiro					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-
Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho					
Ações Sonae, SGPS	127.361	1,10 €	-	-	759.198
Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida					
Ações Sonae, SGPS	102.811	0,98 €	50.000	1,20 €	231.507
José Manuel Cardoso Fortunato					
Ações Sonae, SGPS	186.175	1,03 €	60.000	0,84 €	443.598
Isabel Sofia Bragança Simões Barros					
Ações Sonae, SGPS	6.891	1,10 €	-	-	7.279
Maria Inês Martins Valadas					
Ações Sonae, SGPS	69.224	1,10 €	69.224	1,12 €	-
Conselho Fiscal					
Armando Luís Vieira de Magalhães					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-
Maria José Martins Lourenço da Fonseca					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-
António Augusto Almeida Trabulo					
Ações Sonae, SGPS	-	-	-	-	-

Demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017	Valores não Auditados	
				31 dez 2018 Pro-forma	31 dez 2017 Pro-forma
ATIVOS NÃO CORRENTES:					
Ativos fixos tangíveis	8	1.293.140.018	1.647.932.405	1.293.140.018	1.263.984.481
Ativos intangíveis	9	211.150.982	342.916.302	211.150.982	215.040.754
Goodwill	10	446.613.429	553.339.386	446.613.429	446.876.814
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	11	4.084.814	41.442.483	4.084.814	9.341.889
Outros investimentos	7 e 12	16.589.032	12.323.383	16.589.032	11.837.012
Ativos por impostos diferidos	20	31.025.591	56.857.992	31.025.591	22.055.190
Outros ativos não correntes	7 e 13	9.345.776	20.152.898	9.345.776	10.651.331
Total de ativos não correntes		2.011.949.642	2.674.964.849	2.011.949.642	1.979.787.471
ATIVOS CORRENTES:					
Inventários	14	396.767.259	713.020.919	396.767.259	396.285.126
Clientes	7 e 15	123.073.991	85.264.416	51.302.580	54.582.698
Outras dívidas de terceiros	7 e 16	50.360.094	61.201.495	50.360.094	44.407.168
Imposto sobre o rendimento	18	43.820.498	32.179.395	43.820.498	36.703.056
Estado e outros entes públicos	17	21.839.668	39.932.718	21.839.668	20.732.550
Outros ativos correntes	19	32.001.165	54.251.965	31.133.496	31.687.868
Investimentos	7 e 12	1.231.414	179.881	1.231.414	98.217
Caixa e equivalentes de caixa	21	78.235.498	162.378.843	98.818.948	93.691.425
Total de ativos correntes		747.329.587	1.148.409.632	695.273.957	678.188.108
Ativos não correntes detidos para venda		-	782.540	-	782.540
TOTAL DO ATIVO		2.759.279.229	3.824.157.021	2.707.223.599	2.658.758.119
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital social	22	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	22	-	(320.000.000)	-	-
Reservas legais		174.887.958	174.845.768	174.887.958	174.845.768
Outras Reservas		(1.093.993.237)	(188.932.350)	(1.093.993.240)	(558.137.616)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		648.954.594	27.632.093	648.954.594	115.295.622
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		729.849.315	693.545.511	729.849.312	732.003.774
Interesses sem controlo	23	31.145.956	92.016.336	31.145.958	29.040.505
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		760.995.271	785.561.847	760.995.270	761.044.279
PASSIVO:					
PASSIVO NÃO CORRENTE:					
Empréstimos bancários	7 e 24	403.000.000	337.457.361	403.000.000	313.373.475
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	254.870.409	282.306.545	254.870.409	257.306.545
Outros empréstimos	7, 24 e 25	11.569	720.507	11.569	23.405
Outros passivos não correntes	27	23.143.388	415.789.765	22.874.677	20.689.508
Passivos por impostos diferidos	20	95.559.665	122.806.483	95.501.059	91.242.878
Provisões	32	9.570.442	14.659.973	9.570.442	7.358.151
Total de passivos não correntes		786.155.473	1.173.740.634	785.828.156	689.993.962
PASSIVO CORRENTE:					
Empréstimos bancários	7 e 24	45.579.391	121.452.497	45.579.391	115.212.229
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	2.996.380	57.970.806	2.865.144	52.970.806
Outros empréstimos	7, 24 e 25	265.457	1.814.832	265.457	349.356
Fornecedores	7 e 29	832.109.114	1.177.803.571	783.057.489	708.851.882
Outras dívidas a terceiros	7 e 30	80.479.676	117.850.258	79.361.588	76.734.037
Imposto sobre o rendimento	18	39.779.882	31.153.884	39.779.882	50.602.930
Estado e outros entes públicos	17	65.407.359	80.980.619	65.343.090	63.466.252
Outros passivos correntes	31	144.602.825	270.217.690	143.239.731	134.707.440
Provisões	32	908.401	5.610.383	908.401	4.824.946
Total de passivos correntes		1.212.128.485	1.864.854.540	1.160.400.173	1.207.719.878
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.998.283.958	3.038.595.174	1.946.228.329	1.897.713.840
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.759.279.229	3.824.157.021	2.707.223.599	2.658.758.119

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2018

<i>(Montantes expressos em euros)</i>	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso	Valores não Auditados	
				31 dez 2018 Pro-forma	31 dez 2017 Pro-forma
Vendas	36	4.191.168.639	3.934.946.407	4.191.168.639	3.934.959.958
Prestações de serviços	36	116.335.901	119.576.585	116.335.901	119.578.707
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	37	(2.384.454)	(199.963)	(2.384.454)	(199.963)
Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	12	4.327.175	-	4.327.175	-
Outros rendimentos	39	102.549.139	82.905.917	102.549.139	84.182.287
Custo das vendas	14	(3.003.067.240)	(2.838.920.772)	(3.003.067.240)	(2.839.098.817)
Fornecimentos e serviços externos	40	(488.382.505)	(455.310.721)	(488.382.505)	(459.852.564)
Gastos com o pessoal	41	(522.970.216)	(488.206.878)	(522.970.216)	(488.206.878)
Outros gastos	42	(44.565.613)	(43.778.755)	(44.565.613)	(43.964.041)
Amortizações e depreciações	8 e 9	(146.210.542)	(133.748.415)	(146.210.542)	(133.777.768)
Provisões e perdas por imparidade	32	(13.232.978)	(1.845.514)	(13.232.978)	(3.974.377)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas		193.567.306	175.417.891	193.567.306	169.646.544
Dividendos recebidos		100.450	130.450	100.450	130.450
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	11.3	(446.603)	(5.760.973)	(446.603)	(5.760.972)
Rendimentos e ganhos financeiros	38	3.776.300	3.220.224	2.748.573	648.431
Gastos e perdas financeiras	38	(72.717.552)	(50.070.308)	(15.830.181)	(17.191.031)
Resultado líquido consolidado antes de impostos das operações continuadas		124.279.901	122.937.284	180.139.545	147.473.422
Imposto sobre o rendimento	43	(13.065.287)	(39.368.341)	(25.809.160)	(29.622.244)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		111.214.614	83.568.943	154.330.385	117.851.178
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	4.1, 4.2, 4.4 e 5	540.456.346	(47.893.418)	497.340.575	-
Resultado líquido consolidado do período		651.670.960	35.675.525	651.670.960	117.851.178
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:					
Operações continuadas	4 e 5	108.607.597	80.965.870	151.723.368	115.295.622
Operações descontinuadas	4 e 5	540.346.997	(53.333.777)	497.231.226	-
		648.954.594	27.632.093	648.954.594	115.295.622
Atribuível a Interesses sem controlo:					
Operações continuadas		2.607.017	2.603.073	2.607.017	2.555.556
Operações descontinuadas		109.349	5.440.359	109.349	-
	23	2.716.366	8.043.432	2.716.366	2.555.556
Resultados por ação:					
Das operações continuadas					
Básico	45	0,117414	0,089962	0,163789	0,128106
Diluído	45	0,117414	0,089962	0,163789	0,128106
Das operações descontinuadas					
Básico	45	0,584159	(0,059260)	0,537784	-
Diluído	45	0,584159	(0,059260)	0,537784	-

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

<i>(Montantes expressos em Euros)</i>	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Resultado líquido consolidado do período		651.670.960	35.675.525
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		3.879.991	2.173.444
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	11.3	6.076.188	(1.554.325)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(163.384)	(2.270.604)
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		8.310	498.915
Outros		(343.778)	-
Outro rendimento integral do período		9.457.327	(1.152.570)
Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas	4	(74.790)	-
		(74.790)	-
Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício		9.382.537	(1.152.570)
Total rendimento integral consolidado do período		661.053.497	34.522.955
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		658.553.101	26.458.799
Interesses sem controlo		2.500.396	8.064.156

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

	Reservas e Resultados Transitados							Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Sem Controlo (Nota 23)	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Cobertura	Reservas nos termos do artº 342º do CSC	Outras Reservas e Resultados Transitados					Total de Reservas e Resultados Transitados
(Montantes expressos em euros)												
Atribuível aos acionistas da empresa-mãe												
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	85.020.788	792.184.533
Efeito da reexpressão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.731.680)	(1.731.680)
Saldo em 1 de janeiro de 2017 Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	83.289.108	790.452.853
Total do rendimento integral consolidado do período	-	-	-	2.161.540	(1.780.509)	-	(1.554.325)	(1.173.294)	27.632.093	26.458.799	8.064.156	34.522.955
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2016												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.905.502	-	-	-	76.566.130	76.566.130	(80.471.632)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(1.162.225)	(41.162.225)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.244.305)	(2.244.305)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772.948	3.772.948
Constituição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(32.565)	(32.565)	-	(32.565)	(110.864)	(143.429)
Outros	-	-	-	-	-	-	(44.468)	(44.468)	-	(44.468)	7.518	(36.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.000.000.000	(320.000.000)	174.845.768	2.703.308	167.896	320.000.000	(511.803.554)	(188.932.350)	27.632.093	693.545.511	92.016.336	785.561.847
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.000.000.000	(320.000.000)	174.845.768	2.703.308	167.896	320.000.000	(686.649.322)	(188.932.350)	27.632.093	693.545.511	92.016.336	785.561.847
Total do rendimento integral consolidado do período	-	-	-	3.791.634	(57.734)	-	5.864.607	9.598.507	648.954.594	658.553.101	2.500.396	661.053.497
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2017												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	42.190	-	-	-	27.547.713	27.589.903	(27.632.093)	-	-	-
Dividendos distribuídos (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	(473.360.297)	(473.360.297)	-	(473.360.297)	(1.393.908)	(474.754.205)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.738.459)	(1.738.459)
Restituição de entradas de capital	-	-	-	-	-	-	(372.000.000)	(372.000.000)	-	(372.000.000)	-	(372.000.000)
Alienação de ações próprias (Nota 22)	-	320.000.000	-	-	-	-	(96.889.000)	(96.889.000)	-	223.111.000	-	223.111.000
Desafetação de reservas nos termos do art. 324 do CSC	-	-	-	-	-	(320.000.000)	320.000.000	-	-	-	-	-
Constituição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Alienação de filiais (Nota 4.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.907.371)	(58.907.371)
Alteração do método de consolidação (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.211.038)	(1.211.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.000.000.000	-	174.887.958	6.494.942	110.162	-	(1.275.486.299)	(1.093.993.237)	648.954.594	729.849.315	31.145.956	760.995.271

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2018	31 dez 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		4.312.720.607	5.603.698.511
Pagamentos a fornecedores		(3.405.088.525)	(4.500.977.597)
Pagamentos ao pessoal		(516.977.292)	(696.749.457)
Fluxos gerados pelas operações		390.654.790	405.971.457
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(24.642.535)	(23.205.539)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		5.323.089	(10.934.409)
Fluxos das atividades operacionais (1)		371.335.344	371.831.509
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	29.275.821	21.553.039
Ativos fixos tangíveis		93.858.560	39.862.508
Ativos intangíveis		642.276	130.463
Juros e rendimentos similares		2.894.607	1.035.684
Empréstimos concedidos		-	651.118
Dividendos	11.3 e 37	642.744	130.450
Outros		-	9.258
		127.314.008	63.372.520
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	(28.120.703)	(11.124.773)
Ativos fixos tangíveis		(189.802.057)	(233.179.297)
Ativos intangíveis		(33.726.302)	(46.871.036)
		(251.649.062)	(291.175.106)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(124.335.054)	(227.802.586)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	-	1.213.187
Empréstimos obtidos		5.567.269.577	5.527.621.977
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	400.000
Outros		-	2.287
		5.567.269.577	5.529.237.451
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	-	(1.504.253)
Empréstimos obtidos		(5.597.763.674)	(5.520.590.308)
Empresas Participantes		(400.000.000)	-
Juros e gastos similares		(70.533.154)	(49.794.134)
Reduções de capital e prestações suplementares		(372.000.000)	-
Dividendos		(472.405.352)	(43.406.530)
		(6.912.702.180)	(5.615.295.225)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.345.432.603)	(86.057.774)
Transações com partes relacionadas e com operações descontinuadas:			
Recebimentos das operações descontinuadas	44	2.768.391.717	-
Pagamentos às operações descontinuadas	44	(1.682.731.135)	-
Fluxos das atividades descontinuadas (4)		1.085.660.582	-
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)		(12.771.731)	57.971.149
Efeito das diferenças de câmbio		39.238	404.557
Efeito das atividades descontinuadas	21	(68.576.014)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	21	159.563.205	101.996.613
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21	78.176.222	159.563.205

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE MC, SGPS, SA
(EX SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Montantes expressos em euros)

1 **NOTA INTRODUTÓRIA**

A Sonae MC, SGPS, S.A., anteriormente designada por Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 11, 12 e 49 como Grupo Sonae MC (“Sonae MC”).

Neste período ficou concluída a reorganização de participações e reestruturação do novo perímetro da Sonae MC, assegurando os objetivos de autonomia e agilidade definidos e permitindo que passe a operar com um modelo de governo totalmente alinhado com as melhores práticas de empresas cotadas. Os Impactos da referida reorganização estão detalhados na Notas 4.1 e 5.

2 **PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 9 e IFRS 15.

2.1 **Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2018. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras

consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.20.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2018:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2018		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9	Instrumentos financeiros (estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura)	01 jan 2018
IFRS 15	Rédito de contratos com clientes (vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes)	01 jan 2018
IFRS 15 (alteração)	Rédito de contratos com clientes (vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos)	01 jan 2018
IFRS 4 (alteração)	Contratos de Seguro (proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9)	01 jan 2018
IFRS 2 (alteração)	Pagamento com base em ações (vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas como registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada	01 jan 2018
	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01 jan 2018
IFRIC 22	Transações em moeda estrangeira e adiantamentos (vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.	01 jan 2018
IFRS 40 (alteração)	Propriedades de investimento (clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo)	01 jan 2018

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2018, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras.

a) Adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Com a adoção da IFRS 9, o Grupo avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9, o que resultou nas reclassificações de instrumentos de capital próprio não cotados de ativos financeiros disponíveis para venda para justo valor através de resultados (4,3 milhões de euros).

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de “Empréstimos e contas a receber” da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9 os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores, empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes.

Relativamente aos instrumentos de dívida ao custo amortizado, clientes e outras dívidas de terceiros, o grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas e instrumentos de dívida, estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados do grupo pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

b) Adoção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Na adoção da IFRS 15 o Grupo decidiu adotar o regime transitório de aplicação retrospectiva com o efeito cumulativo inicial reconhecido em resultados transitados a 1 de janeiro de 2018 com recurso à adoção dos seguintes expedientes práticos: aplicação apenas para os contratos não concluídos à data de 1 de janeiro de 2018 e não reexpressão dos contratos modificados antes de 1 de janeiro de 2017.

Da análise efetuada conclui-se que a adoção da IFRS 15 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo teve um impacto líquido estimado nos capitais próprios consolidados a 1 de janeiro de 2018 imaterial.

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2018, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras, para além das divulgações mencionadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (alteração)	Características de pré-pagamento com compensação negativa	01 jan 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento (procura esclarecer a contabilização de questões fiscais que ainda não foram aceites pelo fisco)	01 jan 2019
IFRS 16	Locações (princípios de reconhecimento e mensuração)	01 jan 2019
IAS 28 (alteração)	Investimentos de longo prazo em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01 jan 2019
IAS 19 (alteração)	Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios de emprego	01 jan 2019
	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01 jan 2019

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, com exceção do IFRS 16.

Os impactos estimados da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras consolidadas poderão ser analisados como segue:

c) IFRS 16 – Locações

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Durante o exercício de 2018, a Sonae MC procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, e efetuou a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16. Foram analisados cerca de 2.400 contratos de locação, dos quais cerca de 1.300 relativos a locação de imóveis. As análises efetuadas centraram-se, em particular, nos prazos de locação a serem utilizados de acordo com a natureza das locações, as opções disponíveis nos acordos contratuais e a implementação de uma metodologia de taxa de juros que atenda aos requisitos da nova norma.

Adicionalmente, foram revistos e adotados os sistemas de informação existentes por forma a fazer face aos requisitos da norma.

Após a análise de impacto realizada durante 2018, o Grupo decidiu aplicar IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva completa a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta abordagem permite uma visão mais abrangente e completa das demonstrações financeiras, permitindo a comparabilidade com o período anterior, dado que as demonstrações financeiras de 2018 irão ser reexpressas, como se esta norma se tivesse aplicado desde o início dos contratos de locação.

Os impactos estimados de aplicação do IFRS 16 no Grupo, a 31 de dezembro de 2018, são de um incremento do valor do ativo em cerca de 780 milhões de euros relativos ao “Direito de Uso”, um incremento do valor do passivo em cerca de 859 milhões de euros relativos ao “Passivo de locação” e uma redução dos capitais próprios em cerca de 79 milhões de euros. No que se refere à Demonstração de Resultados de 2018, o Grupo estima uma redução de cerca de 105 milhões de euros em “Fornecimentos e Serviços externos”, um aumento de cerca de 52 milhões de euros e de 66 milhões de euros nos “Gastos e perdas financeiros” e em “Amortizações e depreciações”, respetivamente.

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras de exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas com exceção do IFRS 16.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 17	(Contratos de seguros)	01 jan 2021
	Alterações a referências à Estutura Conceptual das IFRS	01 jan 2020
IAS 1 e IAS 8 (alteração)	Definição de itens materiais	01 jan 2020
IFRS 3 (alteração)	Concentrações de atividades empresariais (clarifica o que é uma atividade empresarial)	01 jan 2020

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae MC:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae MC

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae MC detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae MC detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae MC sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 49.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae MC optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses sem controlo.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae MC. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae MC são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição

contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae MC exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae MC no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae MC nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae MC tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae MC nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae MC, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 11.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae MC, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica "Goodwill" caso se relacionem com aquisições de negócios de filiais (Nota 10) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas" (Nota 11). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae MC (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae MC ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses sem controlo, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,87336	0,84753	0,83382	0,88717
Libra Inglesa	1,11791	1,13038	1,12710	1,14142
Lira Turca	0,16505	0,17953	0,21995	0,24336
Metical Moçambicano	0,01422	0,01406	0,01418	0,01399
Real Brasileiro	0,22502	0,23289	0,25171	0,27834
Peso Colombiano	0,00027	0,00029	0,00028	0,0003
Peso Mexicano	0,04446	0,04408	0,04226	0,04696
Zloty Polaco	0,23248	0,23472	0,23941	0,23494

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae MC, sejam controláveis pela Sonae MC e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae MC demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae MC. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 39).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae MC age como locatário

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos classificados como locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado, quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.'

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Eventuais incentivos à locação, recebidos, são registados como passivo e reconhecidos linearmente ao longo do período do contrato. De igual forma valores a compensar com rendas futuras são reconhecidos como ativo e revertidos ao longo do período de locação.

b) Locações em que a Sonae MC age como locador

As locações em que a Sonae MC age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae MC e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

c) Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados anteriormente sobre contratos de locação. No caso de venda de ativos seguidos da celebração de contratos de locação operacional, é reconhecido o proveito associado ao justo valor do ativo alienado deduzido do valor contabilístico do ativo locado. Nas situações em que os ativos são vendidos por um montante superior ao seu justo valor ou quando o Grupo recebe um preço superior como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.6 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

2.7 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae MC irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.8 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9 Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.10 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae MC tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae MC sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12 Instrumentos Financeiros

A Sonae MC classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

a) Ativos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) *Ativos financeiros ao custo amortizado*: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) *Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

O grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Sonae MC avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dividas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae MC aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae MC desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os *investimentos detidos até à maturidade* foram classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae MC tinha intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os *investimentos mensurados ao justo valor através de resultados* incluíam os investimentos detidos para negociação que a Sonae MC adquiriu tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae MC classificava como ativos financeiros disponíveis para venda os que não eram enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos eram classificados como ativos não correntes, exceto se houvesse intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Reconhecimento e mensuração

Todas as compras e vendas destes investimentos eram reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos eram inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que era, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos eram inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação eram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento eram registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda eram reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que pudessem vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não fossem cotados e para os quais não fosse possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, eram mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados eram registados(as) na rubrica de “Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados” da demonstração consolidada dos resultados.

Perdas por imparidade

A Sonae MC avaliava a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não fossem mensurados ao justo valor através de resultados. Se existisse uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhecía uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda eram registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situa-se abaixo do seu custo de aquisição e que tal correspondesse a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada era registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constituía prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considerava-se que um investimento se encontrava em imparidade quando ocorresse um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Desreconhecimento

O grupo desreconhecia ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tivessem expirado ou tivessem sido transferidos, e o grupo tivesse transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae MC fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.12.a). Até 31 de dezembro de 2017, quando existisse evidência de que as mesmas se encontravam em imparidade, procedeu-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.12.a).

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber". Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade fora, registadas na sequência de eventos ocorridos que indicassem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não seria recebido. Para tal, cada empresa da Sonae MC tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae MC após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Passivos financeiros***Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018***

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos bancários", "Empréstimos obrigacionistas", "Outros empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores" e "Outras dívidas a terceiros". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a Sonae MC apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros eram classificados em duas categorias: iii) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e iv) Outros passivos financeiros.

A categoria “Outros passivos financeiros” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos foram reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente foram mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

f) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

h) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae MC utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subseqüentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae MC, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae MC definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae MC utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e

operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae MC pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae MC pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os critérios utilizados pela Sonae MC para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa foram os seguintes: i) esperava-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto; ii) a eficácia da cobertura podia ser fiavelmente mensurada; iii) existia adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; iv) a transação objeto de cobertura era altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio eram inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos eram reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afetava resultados.

Para os derivados designados como de cobertura no âmbito da IAS 39 verificou-se que cumpriam com os critérios de cobertura no âmbito da IFRS 9, pelo que não houve lugar a qualquer ajustamento a 1 de janeiro de 2018.

j) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

l) Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae MC, SGPS, S.A. estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae MC, SGPS, S.A.) e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira.

2.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.14 Imposto sobre o rendimento e outros impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

A Sonae MC encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira “Imposto sobre o rendimento”.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae MC.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae MC sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae MC, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae MC trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.15 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Na determinação do valor do rédito, a Sonae MC avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de *vendas de produtos* são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 27 e 31).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Relativamente aos programas de fidelização e dividendos, não houve alteração de política face a 2017.

2.16 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.17 Receitas comerciais

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade em loja, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de parceiros, estão registadas a deduzir à rubrica de "Custo das existências vendidas e consumidas". As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em futuros pagamentos de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em "Outros ativos correntes".

2.18 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae MC contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.12.i)).

2.19 **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 **Julgamentos e estimativas**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
- g) Imparidade de ativos financeiros;
- h) Reconhecimento do rédito de contratos;
- i) Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

Relativamente às políticas contabilísticas que sofreram alterações em 1 de janeiro de 2018, as principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos abaixo:

Imparidade de ativos financeiros

Políticas contabilísticas de 2018:

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de "Clientes", "Outras dívidas de terceiros" e "Outros ativos correntes" são avaliados tendo em conta o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Políticas contabilísticas até 2017:

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos é inferior ao seu custo. Os saldos de "Clientes", "Outras dívidas de terceiros" e "Outros ativos correntes" foram avaliados tendo em conta a frequência de incumprimento, recuperação de imparidades anteriormente reconhecidas e situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas.

2.21 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 2.12.i), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae MC, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae MC decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae MC em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae MC, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1 Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae MC:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae MC só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas

suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae MC não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas e os desvios reportados ao Conselho de Administração.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

3.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. Como referido na nota 2.1.a), dada a imaterialidade do impacto face ao modelo de perdas de crédito incorridas de 2017, não foi registado nenhum montante adicional de perdas por imparidade nos saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros”. O montante relativo a clientes e outras dividas de terceiros, representam a máxima exposição da Sonae MC ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae MC tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2018, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 706,7 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 era de 801,7 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae MC têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae MC necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2018 a maturidade média da dívida da Sonae MC, é de aproximadamente 3,5 anos (2017: 4,2 anos);
- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae MC uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se

refinanciar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2018, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2018 é de 48,8 milhões de euros (181,2 milhões de euros com vencimento para 2017) e em 31 de dezembro de 2018 a Sonae MC tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 94 milhões de euros (94,4 milhões de euros em 2017) com compromisso inferior ou igual a um ano e 202 milhões de euros (242,7 milhões de euros em 2017) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a Sonae MC possuía em 31 de dezembro de 2018 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 78,2 milhões de euros (162,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017).

Face ao anteriormente exposto, a Sonae MC espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae MC à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae MC não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae MC privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae MC, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae MC utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de

mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae MC permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

3.4.1.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae MC em 31 de dezembro de 2018 seria inferior em cerca de 6 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2017 seria inferior em cerca de 6 milhões de euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A exposição da Sonae MC ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio).

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae MC está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Real Brasileiro	-	-	-	2.166
Libra Inglesa	6.488	3.817	1.936	78.232
Dólar Americano	2.871.337	5.870.858	21.775.557	26.959.880
Outras moedas	2.952	227.759	2.546	107.749

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o carácter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

4.1 Reorganização societária

A Sonae MC com o objetivo de se tornar num grupo exclusivamente de retalho alimentar e negócios adjacentes desenvolveu em 2018 uma reorganização de participações, tendo originado a alienação a partes relacionadas dos negócios Worten, Sonae Sports & Fashion, Sonae FS, grupo Tlantic, Imóveis não afetos à atividade do retalho alimentar e a participação na MDS SGPS, SA.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2018, a Sonae MC reestruturou o seu perímetro, assegurando os objetivos de autonomia e agilidade definidos e permitindo que passe a operar com um modelo de governo totalmente alinhado com as melhores práticas de empresas cotadas.

As empresas alienadas podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Sonae Sports & Fashion			
Bright Brands SportsGoods, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Comercial Losan Polonia SP Z.O.O	Varsóvia (Polónia)	100,00%	100,00%
Comercial Losan, S.L.U.	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%
Fashion Division, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Fashion Division Canarias, SL	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%
Irmãos Vila Nova, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
IVN – Serviços Partilhados, SA	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	50,00%	50,00%
IVN Asia Limited	Hong Kong (China)	100,00%	50,00%
Losan Colombia, S.A.S	Bogota (Colombia)	100,00%	100,00%
Losan Overseas Textile, S.L.	Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%
Losan Rusia	Moscovo (Rússia)	100,00%	100,00%
Losan Tekstil Urunleri V e Dis Ticaret, L.S.	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Modalfa Canarias, SL	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Salsa Jeans Canarias SL	Tenerife (Espanha)	60,00%	30,00%
Salsa DE GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%
Salsa Distribution USA LLC	Nova York (EUA)	100,00%	50,00%
Salsa France, S.A.R.L.	Paris (França)	99,99%	50,00%
Salsa Luxembourg, Sàrl	Luxemburgo	100,00%	50,00%
SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	Vila Nova de Famalicão (Portugal)	100,00%	50,00%
SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%
SONAESR – Serviços e Logística, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Têxtil do Marco, SA	Marco de Canaveses (Portugal)	92,76%	92,76%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	Cidade do México (Mexico)	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio e Distribuição, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio Y Distribución, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%
FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Worten			
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%
Infocfield – Informática, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Sonae SR Malta Holding Limited	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%
Worten Canarias, SL	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%
Worten - Equipamento para o Lar, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Worten España Distribución, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%
Wrt Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, S.A.,	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Sonae RP			
Arat Inmuebles, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%
Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	Maia (Portugal)	80,40%	80,40%
Sonae FS			
SFS – Gestão e Consultoria, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Sonae Financial Services, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
Outros			
MCCARE - Serviços de Saúde, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
SK Skin Health Cosmetics, SA	Oeiras (Portugal)	100,00%	100,00%
Sonae Corporate, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Tlantic, BV	Amesterdão (Holanda)	70,71%	70,71%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	Maia (Portugal)	100,00%	70,71%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	70,71%

Os efeitos destas alienações nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	À data de alienação					Total
	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Sonae FS	Outros	
Ativos líquidos						
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 8 e 9)	103.018.877	181.567.347	170.136.292	2.584.680	4.616.232	461.923.428
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	10.848.244	6.670.164	21.735	256.427	401.961	18.198.531
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	31.034.533	-	31.034.533
Inventários	183.307.693	80.305.604	-	-	859.106	264.472.403
Clientes	21.601.304	67.349.291	-	3.171.055	2.556.670	94.678.320
Outros ativos	315.791.126	174.751.868	41.625.169	24.752.947	16.353.449	573.274.559
Caixa e equivalentes de caixa	35.901.934	6.134.896	8.386.796	8.571.844	120.213	59.115.683
Empréstimos bancários MLP	(4.803.308)	(42.645.523)	-	-	-	(47.448.831)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(2.736.817)	(26.261.631)	(1.003.529)	(4.419)	(54.430)	(30.060.826)
Empréstimos bancários CP	(2.002.908)	(8.054.982)	(3.380.000)	-	-	(13.437.890)
Fornecedores	(390.800.468)	(90.147.234)	(2.554)	(1.758.903)	(2.344.859)	(485.054.018)
Outros passivos	(165.840.838)	(278.051.837)	(7.151.978)	(30.511.434)	(9.187.072)	(490.743.160)
Total de ativos líquidos alienados	104.284.839	71.617.963	208.631.931	38.096.730	13.321.270	435.952.732
Interesses sem controlo (Nota 23)	(893.727)	(29.875.908)	(27.835.350)	-	(302.386)	(58.907.370)
Goodwill (Nota 10)	53.643.325	46.759.717	341.129	-	-	100.744.172
Ganho/(Perda) na alienação	383.963.571	129.928.360	17.478.627	53.059.138	(9.486.884)	574.942.812
Preço da alienação	540.998.008	218.430.133	198.616.337	91.155.868	3.532.000	1.052.732.346
Recebimentos efetivados	540.998.008	218.430.133	198.616.337	91.155.868	2.332.000	1.051.532.346
Montantes a receber no futuro	-	-	-	-	1.200.000	1.200.000
	540.998.008	218.430.133	198.616.337	91.155.868	3.532.000	1.052.732.346

31 dez 2017						
Valores em euros	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Sonae FS	Outros	Total
Ativos líquidos						
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	100.555.617	181.092.640	154.830.810	2.441.648	2.949.945	441.870.660
Ativos por impostos diferidos	12.468.883	7.332.515	21.735	257.865	344.558	20.425.556
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	32.100.593	-	32.100.593
Inventários	176.352.297	84.306.453	-	-	-	260.658.750
Clientes	26.444.240	58.605.661	24.200	3.430.206	1.115.382	89.619.689
Outros ativos	290.262.021	37.724.445	51.489.677	19.930.332	3.038.217	402.444.692
Caixa e equivalentes de caixa	33.882.878	13.192.363	4.617.408	9.864.306	450.922	62.007.877
Empréstimos bancários MLP	(5.156.295)	(39.517.528)	-	-	-	(44.673.823)
Passivos por impostos diferidos	(2.417.632)	(26.856.478)	(1.265.211)	(4.003)	(21.173)	(30.564.497)
Empréstimos bancários CP	(2.294.581)	(7.088.537)	-	-	-	(9.383.118)
Fornecedores	(404.666.773)	(77.791.764)	(10.965)	(7.064.869)	(1.334.876)	(490.869.247)
Outros passivos	(162.439.394)	(178.320.571)	(10.279.604)	(25.361.738)	(3.050.517)	(379.451.824)
Total de ativos líquidos	62.991.261	(22.796.578)	240.651.358	35.594.340	3.260.664	354.185.308

À data de alienação						
Valores em euros	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Sonae FS	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	795.596.179	376.065.572	9.225.537	23.236.680	7.991.719	1.212.115.687
Outros rendimentos	64.913.627	5.669.932	56.915	1.443.028	102.453	72.185.955
Custo das vendas	(648.595.979)	(203.827.259)	-	-	(114.605)	(852.537.843)
Fornecimentos e serviços externos	(132.018.479)	(115.145.384)	(1.197.926)	(14.134.349)	(7.998.585)	(270.494.723)
Outros gastos e perdas	(92.401.211)	(85.725.289)	(3.425.743)	(11.368.172)	(4.898.081)	(197.818.496)
Resultado financeiro	803.596	(2.238.266)	243.267	100.218	53.945	(1.037.240)
Resultado antes impostos	(11.702.267)	(25.200.693)	4.902.051	(722.595)	(4.863.154)	(37.586.659)
Imposto sobre o rendimento	(2.324.464)	(1.810.953)	4.903	(75.012)	25.723	(4.179.803)
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	(14.026.731)	(27.011.646)	4.906.954	(797.607)	(4.837.431)	(41.766.462)

31 dez 2017						
Valores em euros	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Sonae FS	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	1.004.904.706	335.212.830	2.277.324	21.573.757	2.891.130	1.366.859.747
Outros rendimentos	(57.227.131)	(23.520.402)	10.549.624	(7.622.793)	4.251.778	(73.568.924)
Custo das vendas	(741.677.332)	(119.132.905)	-	-	-	(860.810.237)
Fornecimentos e serviços externos	(112.664.617)	(90.138.873)	(669.956)	(12.122.393)	(3.433.533)	(219.029.372)
Outros gastos e perdas	(113.457.140)	(105.699.835)	(4.388.381)	(5.118.697)	(5.619.702)	(234.283.755)
Resultado financeiro	1.265.798	(2.056.399)	276.190	(467.255)	(21.331)	(1.002.997)
Resultado antes impostos	(18.855.716)	(5.335.584)	8.044.801	(3.757.381)	(1.931.658)	(21.835.538)
Imposto sobre o rendimento	1.150.049	(558.606)	(101.305)	(15.636)	44.994	519.496
Resultado líquido consolidado do período	(17.705.667)	(5.894.190)	7.943.496	(3.773.017)	(1.886.664)	(21.316.042)

No seguimento desta reorganização societária, e para tornar as demonstrações financeiras comparáveis, procedeu-se à apresentação de informação proforma que se encontra analisada na Nota 6.

4.2 Conclusão do acordo para a combinação da Sport Zone com a JD Sprinter Holdings

Em 9 de março de 2017 a Sonae, através de uma das suas subsidiárias, assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), retalhista líder no Reino Unido em marcas de desporto, moda e outdoor, e a JD Sprinter Holdings 2010 (JD Sprinter), que previa a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a SDSR – Sports Division SR, SA (Sport Zone). Este MoU estabelecia os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que teria como

acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente. Conforme acordo celebrado iniciaram-se procedimentos de determinação dos ativos, passivos e operações a ser objeto desta transação.

Em 14 de setembro de 2017 a Sonae MC Modelo continente SGPS, SA chegou a um acordo com a com a JD Sports Fashion Plc, a Balaico Firaja Invest S.L. e a JD Sprinter Holdings 2010, S.L. (JD Sprinter) que prevê a combinação da JD Sprinter e da Sport Zone nos termos acima descritos. No entanto a concretização desta transação encontrava-se sujeita ao cumprimento de condições suspensivas dependentes de terceiros, nomeadamente aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, a autorização da alteração acionista por parte dos proprietários das lojas locados do negócio Sport Zone bem como das garantias bancárias.

A aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência ocorreu em 18 janeiro de 2018 e o cumprimento das restantes condições suspensivas ocorreu até 31 de janeiro de 2018, data em que o Grupo considerou que se concretizou a transação e a respetiva perda de controlo.

Como consequência da perda de controlo na Sport Zone, esta e suas participadas deixaram de ser incluídas pelo método de consolidação integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, e passou a ser incluída a participação na nova parceria, a Iberian Sports Retail Group, pelo método da equivalência patrimonial. À data da perda de controlo, o valor da referida participação é de 78,1 milhões de euros que representa o justo valor da participação à data da transação, a referida parceria com a perda de controlo na Sport Zone gerou um ganho de capital no montante de 11 milhões de euros.

As empresas incluídas na transação podem ser detalhadas como segue:

FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Sonae S&F			
SDSR – Sports Division SR, SA	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%
Sport Zone Canárias, SL	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%
Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%

Os efeitos desta transação nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Sport Zone e participadas	
	31 jan 2018 Data perda controlo	31 dez 2017
Ativos líquidos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	54.333.772	54.659.282
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	6.878.552	6.593.675
Inventários	53.757.633	54.408.789
Clientes e outros ativos	8.162.466	9.836.456
Caixa e equivalentes de caixa	6.062.386	6.679.540
Financiamentos obtidos não correntes	(6.445.557)	(45.948.953)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	(973.004)	(963.072)
Financiamentos obtidos correntes	(2.236.375)	(21.619.782)
Fornecedores e outros passivos	(49.075.680)	(52.809.981)
Suprimentos dos accionistas	-	60.883.601
Total de ativos líquidos alienados	70.464.193	71.719.555
Goodwill (Nota 10)	5.722.037	
Ajuste ao preço	(5.039.083)	
Justo valor de recebimentos futuros estimados	5.000.000	
Ganho na operação	9.005.702	
Justo valor da contrapartida recebida	85.152.849	

	31 dez 18	
Investimentos financeiro na ISRG	78.085.756	
Valores a receber	5.000.000	
Valores recebidos	2.067.093	
	85.152.849	
Valores em euros	31 jan 2018 Data perda controlo	31 dez 2017
Vendas e prestações de serviços	19.075.708	225.204.616
Outros rendimentos	409.025	2.841.993
Custo das vendas	(11.911.628)	(131.701.289)
Fornecimentos e serviços externos	(4.966.459)	(64.999.689)
Outros gastos e perdas	(4.536.678)	(48.798.968)
Resultado financeiro	(58.079)	(1.208.847)
Resultado antes impostos	(1.988.111)	(18.662.184)
Imposto sobre o rendimento	262.640	167.312
Resultado depois de impostos	(1.725.471)	(18.494.872)
Rendimentos ou perdas relativos á perda de controlo	9.005.702	-
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	7.280.231	(18.494.872)

O justo valor do investimento retido teve por base uma valorização interna através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócios onde se projetam os respetivos cash-flows para períodos de 5 anos, com a utilização de um custo médio ponderado de capital de 11% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 1%.

4.3 Principais aquisições de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2018

As aquisições de empresas incluídas na consolidação pelo método integral, podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	Lisboa (Portugal)	100,00%	100,00%

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

	Á data de aquisição	31 dez 2018
Ativos líquidos adquiridos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 8 e 9)	323.987	309.541
Inventários	134.878	143.160
Outros ativos	55.936	64.030
Caixa e equivalentes de caixa	6.266	201.134
Empréstimos	(206.821)	-
Outros passivos	(364.334)	(300.600)
	(50.088)	417.265
Goodwill (Nota 10)	668.055	
Custo de aquisição	617.967	
Pagamentos efetuados	577.967	
Valores em dívida	40.000	
	617.967	

	Desde a data de aquisição	31 dez 2018
Vendas e prestações de serviços	381.111	2.129.934
Outros rendimentos	-	16.477
Custo das vendas	(322.327)	(1.736.224)
Fornecimentos e serviços externos	(60.597)	(301.082)
Outros gastos	(41.292)	(240.154)
Resultado financeiro	(1.110)	(7.610)
Resultado antes impostos	(44.215)	(138.659)
Imposto sobre o rendimento	-	26.440
Resultado líquido	(44.215)	(112.219)

4.4 Atividades descontinuadas

A Modelo Continente International Trade, SA e a Modelo Continente – Serviços Partilhados, SA, têm atividades económicas relacionadas com negócios não afetos ao retalho alimentar, pelo que estas operações foram consideradas como descontinuadas na demonstração consolidada dos resultados.

Os referidos efeitos podem ser analisados como segue:

Valores em euros	31 dez 2018	31 dez 2017
Vendas e prestações de serviços	195.760.592	226.876.605
Outros rendimentos	16.165.533	22.836.961
Custo das vendas	(181.909.898)	(209.192.568)
Fornecimentos e serviços externos	(3.314.545)	(6.021.915)
Outros gastos e perdas	(18.249.607)	(21.643.297)
Gastos com pessoal	(9.856.467)	(12.364.938)
Amortizações e depreciações	(39.988)	-
Outros	(84)	(242.606)
Resultado financeiro	444.525	182.402
Imposto sobre o rendimento	(482.763)	(153.909)
	(1.482.703)	276.735

5 REEXPRESSÃO DA DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das unidades operacionais descontinuadas. Foram consideradas como operações descontinuadas as transações mencionadas nas Notas 4.1, 4.2 e 4.4 e algumas operações que estão em processo de liquidação.

Adicionalmente, as receitas comerciais que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores e outros parceiros que têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topo, publicidade em loja, ...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de terceiros, foram reclassificadas de “Outros rendimentos” para “Custo das vendas”. Esta reclassificação teve apenas impacto na demonstração consolidada dos resultados.

O impacto na demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Valores em milhares de euros	Antes da Reexpressão	Reclassificação das receitas comerciais	Operações descontinuadas	Após Reexpressão
Vendas	5.473.297.856	-	(1.538.351.449)	3.934.946.407
Prestações de serviços	116.259.162	-	3.317.423	119.576.585
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	(9.347.882)	-	9.147.919	(199.963)
Dividendos	130.450	-	-	130.450
Rendimentos e ganhos financeiros	2.993.358	-	226.866	3.220.224
Outros rendimentos	788.709.425	(663.824.955)	(41.978.553)	82.905.917
Custo das vendas	(4.547.847.163)	663.824.955	1.045.101.436	(2.838.920.772)
Fornecimentos e serviços externos	(706.832.046)	-	251.521.325	(455.310.721)
Gastos com o pessoal	(706.354.910)	-	218.148.032	(488.206.878)
Amortizações e depreciações	(187.990.954)	-	54.242.539	(133.748.415)
Provisões e perdas por imparidade	(8.773.550)	-	6.928.036	(1.845.514)
Gastos e perdas financeiras	(54.064.729)	-	3.994.421	(50.070.308)
Outros gastos	(81.718.300)	-	37.939.545	(43.778.755)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	(3.554.143)	-	(2.206.830)	(5.760.973)
Resultado antes de impostos das operações continuadas	74.906.574	-	48.030.710	122.937.284
Imposto sobre o rendimento	(39.231.049)	-	(137.292)	(39.368.341)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	35.675.525	-	47.893.418	83.568.943
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	-	-	(47.893.418)	(47.893.418)
Resultado líquido consolidado do período	35.675.525	-	-	35.675.525
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:				
Operações continuadas	27.632.093	-	53.333.777	80.965.870
Operações descontinuadas	-	-	(53.333.777)	(53.333.777)
	27.632.093	-	-	27.632.093
Atribuível a Interesses sem controlo:				
Operações continuadas	8.043.432	-	(5.440.359)	2.603.073
Operações descontinuadas	-	-	5.440.359	5.440.359
	8.043.432	-	-	8.043.432

6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO-FORMA

Com o objetivo de apresentarmos umas demonstrações financeiras consolidadas que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas da Sonae MC após a finalização do processo de reorganização societário mencionado na Nota 4, foram elaboradas demonstrações financeiras consolidadas pro-forma.

Nas referidas demonstrações financeiras consolidadas pro-forma foram retroagidos todos os movimentos de alienação ou carve-out de atividades para o período anterior ao exercício de 2017, o que implicou:

- não inclusão nesta demonstrações financeiras pro-forma dos contributos de todas as atividades alienadas;
- inexistência de valores a receber ou a pagar às entidades alienadas;
- antecipação da amortização do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros, e anulação dos respetivos juros a 31.12.2017.

Apresenta-se de seguida as reconciliações para a Demonstração da Posição Financeira Consolidada Pró-forma e para Demonstração Consolidada dos Resultados Pró-forma de 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31 dez 2018	Ajustamentos Não auditado	31 dez 2018 Pro-forma Não auditado
Ativos líquidos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	1.504.291.000	-	1.504.291.000
Goodwill	446.613.429	-	446.613.429
Investimentos financeiros	20.673.846	-	20.673.846
Ativos por impostos diferidos	31.025.591	-	31.025.591
Outros ativos não correntes	9.345.776	-	9.345.776
Ativos não corrente	2.011.949.642	-	2.011.949.642
Inventários	396.767.259	-	396.767.259
Clientes	123.073.991	(71.771.411)	51.302.580
Outros ativos correntes	148.021.425	(867.669)	147.153.756
Investimentos	1.231.414	-	1.231.414
Caixa e equivalentes de caixa	78.235.498	20.583.450	98.818.948
Ativos correntes	747.329.587	(52.055.630)	695.273.957
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	2.759.279.229	(52.055.630)	2.707.223.599
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	729.849.315	-	729.849.315
Interesses sem controlo	31.145.956	-	31.145.956
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	760.995.271	-	760.995.271
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos Obtidos	657.881.978	-	657.881.978
Outros passivos não correntes	23.143.388	(268.711)	22.874.677
Passivos por impostos diferidos	95.559.665	(58.606)	95.501.059
Provisões	9.570.442	-	9.570.442
Passivos não correntes	786.155.473	(327.317)	785.828.156
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos Obtidos	48.841.228	(131.236)	48.709.992
Fornecedores	832.109.114	(49.051.625)	783.057.489
Outros passivos correntes	331.178.143	(2.545.452)	328.632.691
Total de passivos correntes	1.212.128.485	(51.728.313)	1.160.400.172
Passivos não correntes detidos para Venda	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.998.283.958	(52.055.630)	1.946.228.328
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	2.759.279.229	(52.055.630)	2.707.223.599

	31 dez 2017	Ajustamentos Não auditado	31 dez 2017 Pro-forma Não auditado
Ativos líquidos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	1.990.848.707	(511.823.472)	1.479.025.235
Goodwill	553.339.386	(106.462.572)	446.876.814
Investimentos financeiros	53.765.866	(32.586.965)	21.178.901
Ativos por impostos diferidos	56.857.992	(34.802.802)	22.055.190
Outros ativos não correntes	20.152.898	(9.501.567)	10.651.331
Ativos não corrente	2.674.964.849	(695.177.378)	1.979.787.471
Inventários	713.020.919	(316.735.793)	396.285.126
Clientes	85.264.416	(30.681.718)	54.582.698
Outros ativos correntes	187.565.573	(54.034.931)	133.530.642
Investimentos	179.881	(81.664)	98.217
Caixa e equivalentes de caixa	162.378.843	(68.687.418)	93.691.425
Ativos correntes	1.148.409.632	(470.221.524)	678.188.108
Ativos não correntes detidos para venda	782.540	-	782.540
TOTAL DO ATIVO	3.824.157.021	(1.165.398.902)	2.658.758.119
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	693.545.511	38.458.263	732.003.774
Interesses sem controlo	92.016.336	(62.975.831)	29.040.505
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	785.561.847	(24.517.568)	761.044.279
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos Obtidos	620.484.413	(49.780.988)	570.703.425
Outros passivos não correntes	415.789.765	(395.100.257)	20.689.508
Passivos por impostos diferidos	122.806.483	(31.563.605)	91.242.878
Provisões	14.659.973	(7.301.822)	7.358.151
Passivos não correntes	1.173.740.634	(483.746.672)	689.993.962
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos Obtidos	181.238.135	(12.705.744)	168.532.391
Fornecedores	1.177.803.571	(468.951.689)	708.851.882
Outros passivos correntes	505.812.834	(175.477.229)	330.335.605
Total de passivos correntes	1.864.854.540	(657.134.662)	1.207.719.878
Passivos não correntes detidos para Venda	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	3.038.595.174	(1.140.881.334)	1.897.713.840
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	3.824.157.021	(1.165.398.902)	2.658.758.119

	31 dez 2018	Ajustamentos Não auditado	31 dez 2018 Pro-forma Não auditado
Volume de negócios	4.307.504.540	-	4.307.504.540
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	1.942.721	-	1.942.721
Outros rendimentos	102.549.139	-	102.549.139
Custo das vendas	(3.003.067.240)	-	(3.003.067.240)
Fornecimentos e serviços externos	(488.382.505)	-	(488.382.505)
Gastos com o pessoal	(522.970.216)	-	(522.970.216)
Outros gastos	(44.565.613)	-	(44.565.613)
Amortizações e depreciações	(146.210.542)	-	(146.210.542)
Provisões e perdas por imparidade	(13.232.978)	-	(13.232.978)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas	193.567.306	-	193.567.306
Dividendos recebidos	100.450	-	100.450
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	(446.603)	-	(446.603)
Rendimentos e ganhos financeiros	3.776.300	(1.027.727)	2.748.573
Gastos e perdas financeiras	(72.717.552)	56.887.371	(15.830.181)
Resultado líquido consolidado antes de impostos	124.279.901	55.859.644	180.139.545
Imposto sobre o rendimento	(13.065.287)	(12.743.873)	(25.809.160)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	111.214.614	43.115.771	154.330.385
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	540.456.346	(43.115.771)	497.340.575
Resultado líquido consolidado do período	651.670.960	-	651.670.960
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas	108.607.597	43.115.771	151.723.368
Operações descontinuadas	540.346.997	(43.115.771)	497.231.226
	648.954.594	-	648.954.594
Atribuível a Interesses sem controle:			
Operações continuadas	2.607.017	-	2.607.017
Operações descontinuadas	109.349	-	109.349
	2.716.366	-	2.716.366

	31 dez 2017	Ajustamentos Não auditado	31 dez 2017 Pro-forma Não auditado
Volume de negócios	5.589.557.018	(1.535.018.353)	4.054.538.665
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	(9.347.882)	9.147.919	(199.963)
Outros rendimentos	120.024.810	(35.842.523)	84.182.287
Custo das vendas	(3.884.374.078)	1.045.269.143	(2.839.104.935)
Variação da produção	351.870	(345.752)	6.118
Fornecimentos e serviços externos	(706.832.046)	246.979.482	(459.852.564)
Gastos com o pessoal	(706.354.910)	218.148.032	(488.206.878)
Outros gastos	(81.718.301)	37.754.260	(43.964.041)
Amortizações e depreciações	(187.975.646)	54.197.878	(133.777.768)
Provisões e perdas por imparidade	(3.929.199)	(45.178)	(3.974.377)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas	129.401.636	40.244.908	169.646.544
Dividendos recebidos	130.450	-	130.450
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	(3.554.143)	(2.206.829)	(5.760.972)
Rendimentos e ganhos financeiros	2.993.358	(2.344.927)	648.431
Gastos e perdas financeiras	(54.064.730)	36.873.699	(17.191.031)
Resultado líquido consolidado antes de impostos	74.906.571	72.566.851	147.473.422
Imposto sobre o rendimento	(39.231.049)	9.608.805	(29.622.244)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	35.675.522	82.175.656	117.851.178
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas	27.632.094	87.663.528	115.295.622
Operações descontinuadas	-	-	-
	27.632.094	87.663.528	115.295.622
Atribuível a Interesses sem controlo:			
Operações continuadas	8.043.428	(5.487.872)	2.555.556
Operações descontinuadas	-	-	-
	8.043.428	(5.487.872)	2.555.556

7 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2018, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2018						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	12	-	-	16.589.032	-	16.589.032
Outros ativos não correntes	13	9.345.776	-	-	-	9.345.776
		9.345.776	-	16.589.032	-	25.934.808
Ativos correntes						
Clientes	15	123.073.991	-	-	-	123.073.991
Outras dívidas de terceiros	16	50.360.094	-	-	-	50.360.094
Investimentos	12	-	1.231.414	-	-	1.231.414
Caixa e equivalentes de caixa	21	78.235.498	-	-	-	78.235.498
		251.669.583	1.231.414	-	-	252.900.997
		261.015.359	1.231.414	16.589.032	-	278.835.805

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2018						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	403.000.000	-	-	-	403.000.000
Empréstimos obrigacionistas	24	254.870.409	-	-	-	254.870.409
Credores por locação financeira	24 e 25	11.569	-	-	-	11.569
Outros passivos não correntes	27	833.587	-	-	22.309.801	23.143.388
		658.715.565	-	-	22.309.801	681.025.366
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	45.579.391	-	-	-	45.579.391
Empréstimos obrigacionistas	24	2.996.380	-	-	-	2.996.380
Credores por locação financeira	24 e 25	17.170	-	-	-	17.170
Outros empréstimos	24	66.582	181.705	-	-	248.287
Fornecedores	29	832.109.114	-	-	-	832.109.114
Outras dívidas a terceiros	30	80.479.676	-	-	-	80.479.676
		961.248.313	181.705	-	-	961.430.018
		1.619.963.878	181.705	-	22.309.801	1.642.455.384

A 31 de dezembro de 2017, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2017							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	12	9.919.677	2.403.706	-	12.323.383	-	12.323.383
Outros ativos não correntes	13	19.884.724	-	-	19.884.724	268.174	20.152.898
		29.804.401	2.403.706	-	32.208.107	268.174	32.476.281
Ativos correntes							
Clientes	15	85.264.416	-	-	85.264.416	-	85.264.416
Outras dívidas de terceiros	16	61.201.495	-	-	61.201.495	-	61.201.495
Investimentos	12	-	-	179.881	179.881	-	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	21	162.378.843	-	-	162.378.843	-	162.378.843
		308.844.754	-	179.881	309.024.635	-	309.024.635
		338.649.155	2.403.706	179.881	341.232.742	268.174	341.500.916
Passivos financeiros							
Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total	
A 31 de dezembro de 2017							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	24	-	337.457.361	337.457.361	-	337.457.361	
Empréstimos obrigacionistas	24	-	282.306.545	282.306.545	-	282.306.545	
Credores por locação financeira	24 e 25	-	708.477	708.477	-	708.477	
Outros empréstimos	24	-	12.030	12.030	-	12.030	
Outros passivos não correntes	27	-	402.889.842	402.889.842	12.899.923	415.789.765	
		-	1.023.374.255	1.023.374.255	12.899.923	1.036.274.178	
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	24	-	121.452.497	121.452.497	-	121.452.497	
Empréstimos obrigacionistas	24	-	57.970.806	57.970.806	-	57.970.806	
Credores por locação financeira	24 e 25	-	491.416	491.416	-	491.416	
Outros empréstimos	24	1.248.119	75.297	1.323.416	-	1.323.416	
Fornecedores	29	-	1.177.803.570	1.177.803.570	-	1.177.803.570	
Outras dívidas a terceiros	30	-	117.850.258	117.850.258	-	117.850.258	
		1.248.119	1.475.643.844	1.476.891.963	-	1.476.891.963	
		1.248.119	2.499.018.099	2.500.266.218	12.899.923	2.513.166.141	

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 2.1.a)):

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos (Nota 12)	-	-	16.589.032	-	-	-
Derivados (Nota 12 e 26)	-	1.231.414	-	-	179.881	-
	-	1.231.414	16.589.032	-	179.881	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados (Nota 26)	-	181.705	-	-	1.248.119	-
	-	181.705	-	-	1.248.119	-

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.364.266.242	1.424.680.843	25.532.902	130.151.241	46.267.312	30.457.184	3.021.355.724
Investimento	10.675.277	4.923.220	300.025	547.006	553.520	221.463.889	238.462.937
Aquisições de filiais	1.443.695	2.624.130	115.936	272.562	61.597	-	4.517.920
Desinvestimento	(33.512.680)	(83.685.531)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(128.506.823)
Variações cambiais	(9.741)	(2.067)	(9.037)	(104.841)	(3.627)	-	(129.313)
Transferências	24.614.675	162.297.952	2.234.762	14.475.160	3.968.151	(210.890.793)	(3.300.093)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1.367.477.468	1.510.838.547	26.811.031	140.437.244	47.113.325	39.722.737	3.132.400.352
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(255.685.471)	(430.544.251)	(5.224.786)	(39.100.364)	(9.800.505)	(11.547.541)	(751.902.918)
Investimento	24.664.513	5.421.932	268.576	515.164	353.534	209.519.011	240.742.730
Aquisições de filiais (Nota 4.3)	77.979	155.399	18.450	50.776	84.692	-	387.296
Desinvestimento	(61.720.398)	(48.681.372)	(1.227.340)	(5.615.509)	(2.975.569)	(6.920.226)	(127.140.414)
Variações cambiais	(6.271)	1.189	(4.326)	(91.932)	(3.956)	-	(105.296)
Transferências	12.749.473	165.680.482	2.152.996	14.072.929	3.935.780	(202.144.666)	(3.553.006)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1.087.557.293	1.202.871.926	22.794.601	110.268.308	38.707.301	28.629.315	2.490.828.744
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	397.006.243	869.466.288	19.585.347	94.171.195	38.615.360	110.824	1.418.955.257
Depreciações do exercício	22.146.037	112.539.407	1.549.869	12.773.646	3.578.133	-	152.587.092
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.594	-	10.991	15.066	22.164	853.597
Aquisições de filiais	1.173.261	1.542.374	62.161	245.035	208.206	-	3.231.037
Desinvestimento	(7.517.315)	(73.220.963)	(1.297.747)	(4.593.733)	(3.680.413)	-	(90.310.171)
Variações cambiais	(4.611)	-	(3.592)	(75.729)	(2.564)	-	(86.496)
Transferências	382.921	(231.994)	(230.077)	(430.709)	(252.510)	-	(762.369)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	413.694.318	910.392.706	19.665.961	102.100.696	38.481.278	132.988	1.484.467.947
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(67.420.152)	(257.245.574)	(3.701.449)	(26.503.408)	(7.374.844)	(177.319)	(362.422.746)
Depreciações do exercício	21.557.515	106.233.077	1.667.968	12.249.216	3.525.169	-	145.232.945
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	12.985.845	632.289	-	242.270	-	44.331	13.904.735
Diminuições de perdas de imparidades (Nota 32)	(7.385.495)	(18.857)	-	(25)	-	-	(7.404.377)
Aquisições de filiais (Nota 4.3)	9.928	45.430	5.439	16.365	10.048	-	87.210
Desinvestimento	(22.872.942)	(42.850.057)	(1.197.740)	(5.339.853)	(2.938.021)	-	(75.198.613)
Variações cambiais	(3.906)	42	(1.834)	(72.719)	(3.317)	-	(81.734)
Transferências	(143.309)	(351.281)	(612)	(381.883)	(19.556)	-	(896.641)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	350.421.802	716.837.775	16.437.733	82.310.659	31.680.757	-	1.197.688.726
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2017	953.783.150	600.445.841	7.145.070	38.336.548	8.632.047	39.589.749	1.647.932.405
A 31 de dezembro de 2018	737.135.491	486.034.151	6.356.868	27.957.649	7.026.544	28.629.315	1.293.140.018

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 209 milhões de euros (221 milhões de euros em 2017), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

A rubrica de “Depreciações do exercício” de ativos tangíveis e intangíveis inclui 35,9 milhões de euros (54,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser analisado como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(9.272.912)	(46.653.801)	(1.227.340)	(5.601.297)	(2.975.569)	(6.914.128)	(72.645.047)
Sale and Leaseback	(52.447.486)	(2.027.571)	-	(14.212)	-	(6.098)	(54.495.367)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(61.720.398)	(48.681.372)	(1.227.340)	(5.615.509)	(2.975.569)	(6.920.226)	(127.140.414)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(6.276.522)	(41.528.368)	(1.197.740)	(5.326.860)	(2.938.021)	-	(57.267.511)
Sale and Leaseback	(16.596.420)	(1.321.689)	-	(12.993)	-	-	(17.931.102)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(22.872.942)	(42.850.057)	(1.197.740)	(5.339.853)	(2.938.021)	-	(75.198.613)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.996.390)	(5.125.433)	(29.600)	(274.437)	(37.548)	(6.914.128)	(15.377.536)
Sale and Leaseback	(35.851.066)	(705.882)	-	(1.219)	-	(6.098)	(36.564.265)
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(3.388.192)	(82.691.672)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(97.388.476)
Sale and Leaseback	(30.124.488)	(993.859)	-	-	-	-	(31.118.347)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(33.512.680)	(83.685.531)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(128.506.823)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(2.118.643)	(72.348.866)	(1.297.747)	(4.580.740)	(3.680.413)	-	(84.026.409)
Sale and Leaseback	(5.398.672)	(872.097)	-	-	-	-	(6.270.769)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(7.517.315)	(73.220.963)	(1.297.747)	(4.580.740)	(3.680.413)	-	(90.297.178)
Valor líquido							
Desinvestimento	(1.269.549)	(10.342.806)	(65.810)	(323.144)	(53.215)	(1.307.543)	(13.362.067)
Sale and Leaseback	(24.725.816)	(121.762)	-	-	-	-	(24.847.578)

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, foram registadas diversas operações de “Sale and Leaseback”. Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 36,6 milhões de euros (24,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), correspondem a 6 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2017, correspondiam a 5 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal). Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 82,8 milhões de euros (36,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 37,4 milhões de euros (10,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 39).

Os contratos de arrendamento dos ativos em questão foram considerados locações operacionais, tendo em consideração os indicadores tradicionalmente utilizados para determinar a natureza dos contratos de locação conforme definidos no IAS 17. Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, sendo que as opções de compra existentes por parte do Grupo são exercíveis com base em preços de mercado, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento em 2017 estão ainda incluídos cerca de 9,6 milhões de euros relativos ao processo de reestruturação dos novos conceitos de loja, da Worten (cerca de 3,9 milhões de euros) e da Sonae MC (cerca de 6 milhões de euros), tendo originado a utilização de perdas por imparidade no valor de 2,8 milhões de euros e 1,2 milhões de euros respetivamente.

A maioria dos ativos imobiliários da Sonae RP (imóveis afetos às lojas de retalho) em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2017), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2018.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	21.492.707	33.490.064
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	-	1.473.742
Projetos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	1.996.471	1.296.000
Outros	5.140.137	3.329.943
	28.629.315	39.589.749

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Perdas por Imparidade							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	90.802.912	28.067.641	37.906	371.617	145.914	110.824	119.536.814
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.593	-	10.991	15.066	22.165	853.597
Diminuições do exercício (Nota 32)	(383.872)	(5.062.789)	(16.324)	(102.479)	(178.586)	-	(5.744.050)
Aquisições de filiais	-	-	-	-	169.243	-	169.243
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	90.926.822	23.302.445	21.582	280.129	151.637	132.989	114.815.604
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(360.735)	(16.930.569)	(20.701)	(163.744)	(41.266)	(177.320)	(17.694.335)
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	12.985.845	632.289	-	242.270	-	44.331	13.904.735
Diminuições do exercício (Nota 32)	(24.806.126)	(1.498.873)	(116)	(41.600)	(88.532)	-	(26.435.247)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018 (Nota 32)	78.745.806	5.505.292	765	317.055	21.839	-	84.590.757

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	166.652.955	313.832.129	14.655.288	50.108.524	27.309.726	572.558.622
Investimento	1.000	512.513	54.000	2.716	46.697.816	47.268.045
Aquisições de filiais	13.500	138.687	-	-	-	152.187
Desinvestimento	(153.310)	(5.854.361)	(621.963)	-	(600.298)	(7.229.932)
Variações cambiais	(64.257)	(90.014)	-	(17.557)	-	(171.828)
Transferências	332.808	44.257.488	-	6.982	(45.807.424)	(1.210.146)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	166.782.696	352.796.442	14.087.325	50.100.665	27.599.820	611.366.948
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(73.140.332)	(41.586.098)	(6.530.601)	(49.265.318)	(5.377.410)	(175.899.759)
Investimento	46.240	227.165	534.079	-	42.300.372	43.107.856
Aquisições de filiais (Nota 4.3)	-	31.511	-	11.930	-	43.441
Desinvestimento	(87.391)	(8.756.072)	-	-	(1.097.729)	(9.941.192)
Variações cambiais	(70.750)	(60.401)	-	(19.355)	-	(150.506)
Transferências	148.086	35.349.502	-	-	(37.609.481)	(2.111.893)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	93.678.549	338.002.049	8.090.803	827.922	25.815.572	466.414.895
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	28.141.659	195.413.770	13.934.368	2.116.390	-	239.606.187
Amortizações do exercício	2.012.177	29.633.448	35.492	3.722.745	-	35.403.862
Aquisições de filiais	6.222	79.637	-	-	-	85.859
Desinvestimento	(108.769)	(5.950.918)	(338.254)	-	-	(6.397.941)
Variações cambiais	(51.693)	(74.338)	-	(16.255)	-	(142.286)
Transferências	(1.051)	(103.984)	-	-	-	(105.035)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	29.998.545	218.997.615	13.631.606	5.822.880	-	268.450.646
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(13.121.187)	(21.437.739)	(6.330.901)	(8.232.904)	-	(49.122.731)
Amortizações do exercício	1.475.464	32.603.539	3.375	2.811.768	-	36.894.146
Perdas por imparidade do exercício (Nota 32)	-	5.401.878	-	-	-	5.401.878
Aquisições de filiais (Nota 4.3)	-	19.540	-	-	-	19.540
Desinvestimento	(87.274)	(5.922.005)	-	-	-	(6.009.279)
Variações cambiais	(59.978)	(53.675)	-	(17.920)	-	(131.573)
Transferências	-	(244.138)	-	5.424	-	(238.714)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	18.205.570	229.365.015	7.304.080	389.248	-	255.263.913
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2017	136.784.151	133.798.827	455.719	44.277.785	27.599.820	342.916.302
A 31 de dezembro de 2018	75.472.979	108.637.034	786.723	438.674	25.815.572	211.150.982

Em 31 de dezembro de 2018 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 42 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (47 milhões em 31 de dezembro de 2017). No referido valor estão incluídos cerca de 9 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 39).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros.

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continente efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2018 foi atualizada internamente a avaliação externa realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2018, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Maxmat, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento da Sonae RP.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Sonae MC	444.937.430	444.654.444
Worten	-	53.422.018
Sonae Sports and fashion	-	52.699.423
Sonae RP	1.675.999	2.563.501
	446.613.429	553.339.386

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor Bruto:		
Saldo inicial	560.981.054	551.714.855
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(106.904.658)	-
Goodwill gerado no exercício (Nota 4.3)	668.055	9.546.335
Diminuições	(546.373)	(525.952)
Outras variações	(381.431)	245.816
Saldo final	453.816.647	560.981.054
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	7.641.668	7.641.668
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(438.450)	-
Saldo final	7.203.218	7.641.668
Valor líquido	446.613.429	553.339.386

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base, anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sonae MC procedeu à análise de imparidade de Goodwill, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2018 e em 2017.

Para este efeito a Sonae MC, recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado de capital	9% a 10%	9% a 10%
Taxas de crescimento na perpetuidade	<=2%	<=2%
Taxa composta de crescimento das vendas	0,1% a 2,17%	-1%

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae MC não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 - Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

11 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

11.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dez 2018		31 dez 2017		31 dez 2018	31 dez 2017
		Direto*	Total*	Direto*	Total*		
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	Santarém	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	3.006.331	2.361.045
1) MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	-	-	50,00%	50,00%	-	32.100.593
Investimentos em empreendimentos conjuntos						3.006.331	34.461.638
2) APOR- Agência para a Modernização do Porto, SA	Porto	-	-	22,75%	22,75%	-	290.475
MOVVO, SA	Porto	25,58%	25,58%	25,58%	25,58%	-	-
S2 Mozambique, SA	Maputo	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%	-	1.592.748
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1.078.483	1.050.793
Ulabox, S.L.	Barcelona	36,00%	36,00%	41,89%	41,89%	-	4.046.829
Investimentos em associadas						1.078.483	6.980.845
Total						4.084.814	41.442.483

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa;

1) Empreendimento conjunto alienado em dezembro de 2018;

2) Associada liquidada no exercício.

Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

11.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

11.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2018, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

	31 dez 2018
Empreendimentos conjuntos	Sohi Meat
Ativos	
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	19.454.900
Ativos intangíveis	789.101
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	7.475
Outros ativos não correntes	34.519
Ativo não corrente	20.285.994
Cientes	46.125.085
Caixa e equivalentes a caixa	408.471
Outros ativos correntes	3.597.963
Ativo corrente	50.131.519
Total do ativo	70.417.513
Passivos	
Fornecedores	62.591.866
Outros passivos correntes	2.429.932
Total do passivo corrente	65.021.799
Total do passivo	65.021.799
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	5.395.715
Interesses sem controle	-
Total do capital próprio	5.395.715
Total do capital próprio e do passivo	70.417.513

	31 dez 2017	
	Sohi Meat	MDS SGPS, SA (Consolidado)
Empreendimentos conjuntos		
Ativos		
Propriedades de investimento	-	857.259
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	20.771.255	2.376.935
Ativos intangíveis	309.299	9.605.565
Goodwill	-	29.202.474
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	9.098.383
Outros ativos não correntes	204.757	3.426.579
Ativo não corrente	21.285.311	54.567.195
Clientes	26.859.097	4.916.146
Caixa e equivalentes a caixa	367.901	10.448.200
Outros ativos correntes	9.110.188	3.981.786
Ativo corrente	36.337.186	19.346.132
Total do ativo	57.622.497	73.913.327
Passivos		
Empréstimos obtidos	-	15.575.000
Outros passivos não correntes	-	9.357.967
Passivos não correntes	-	24.932.967
Empréstimos obtidos	-	6.419.272
Fornecedores	50.874.796	2.590.507
Outros passivos correntes	2.642.558	13.197.002
Total do passivo corrente	53.517.354	22.206.781
Total do passivo	53.517.354	47.139.748
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	4.105.143	24.734.144
Interesses sem controlo	-	2.039.435
Total do capital próprio	4.105.143	26.773.579
Total do capital próprio e do passivo	57.622.497	73.913.327

	31 dez 2018
Empreendimentos conjuntos	Sohi Meat
Volume de negócios	272.777.578
Outros rendimentos operacionais	23.465.026
	296.242.604
Custo das vendas	(263.028.955)
Fornecimentos e serviços externos	(14.282.149)
Amortizações e depreciações	(3.791.345)
Outros gastos operacionais	(13.287.173)
	(294.389.622)
Resultados financeiros	(238.814)
Rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas	-
Imposto sobre o rendimento	(323.595)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.290.572

	31 dez 2017	
	Sohi Meat	MDS SGPS, SA (Consolidado)
Empreendimentos conjuntos		
Volume de negócios	270.805.753	48.759.980
Outros rendimentos operacionais	42.431.164	724.108
	313.236.917	49.484.088
Custo das vendas	(253.593.835)	-
Fornecimentos e serviços externos	(9.181.542)	(24.476.991)
Amortizações e depreciações	(2.099.216)	(3.815.644)
Outros gastos operacionais	(48.325.516)	(21.502.449)
	(313.200.109)	(49.795.084)
Resultados financeiros	(41)	(794.999)
Rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas	-	12.112
Imposto sobre o rendimento	5.323	158.077
Resultado líquido consolidado do exercício	42.090	(935.806)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017
	Sohimeat, SA	Sohimeat, SA	MDS,SGPS,SA (consolidado)
Empreendimentos conjuntos			
Capitais Próprios	5.395.715	4.105.143	24.734.144
Percentagem de detenção	50%	50%	50%
Quota parte dos ativos líquidos	2.697.857	2.052.572	12.367.072
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-	17.160.451
Outros efeitos	308.474	308.474	2.573.070
Participação financeira	3.006.331	2.361.045	32.100.593

11.2.2 Associadas

A informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

	31 dez 2018			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	APOR
Empresas Associadas				
Ativo não corrente	436.165	5.896.621	1.868.023	13.671
Ativo corrente	9.785.087	2.206.536	1.133.210	1.172.883
Passivo corrente	5.907.317	5.589.119	1.284.421	33.741
Capital próprio	4.313.935	2.514.038	1.716.811	1.152.813

	31 dez 2017			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Empresas Associadas				
Ativo não corrente	725.966	5.677.724	1.654.169	678.593
Ativo corrente	10.326.802	2.383.755	1.253.456	2.356.130
Passivos não correntes	-	-	-	1.955.112
Passivo corrente	6.849.597	2.959.516	1.284.421	831.108
Capital próprio	4.203.171	5.101.963	1.623.204	248.503

	31 dez 2018			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	APOR
Empresas Associadas				
Volume de negócios	58.009.329	4.647.478	10.194.390	179.594
Outros rendimentos operacionais	3.184.584	152.441	472.612	
Gastos operacionais	(58.188.760)	(4.764.999)	(14.698.419)	(277.015)
Resultados financeiros	3.175	(301.396)	-	986
Imposto sobre o rendimento	(728.390)	-	-	(29)
Resultado líquido consolidado do exercício	2.279.937	(2.892.046)	(4.031.417)	(96.466)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	2.279.937	(2.892.046)	(4.031.417)	(96.466)

Empresas Associadas	31 dez 2017			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Volume de negócios	55.921.357	5.663.675	9.245.815	669.254
Outros rendimentos operacionais	3.200.459	272.509	477.435	15.294
Gastos operacionais	(56.167.963)	(8.839.842)	(13.542.972)	(2.381.661)
Resultados financeiros	6.153	(286.954)	-	(1.194)
Imposto sobre o rendimento	(790.832)	(48.398)	-	(100)
Resultado líquido consolidado do exercício	2.169.174	(3.239.010)	(3.819.722)	(1.698.407)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	2.169.174	(3.239.010)	(3.819.722)	(1.698.407)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2018			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	APOR
Capitais Próprios	4.313.935	2.514.038	1.716.811	1.152.813
Percentagem de detenção	25,00%	30,00%	36,00%	22,75%
Quota parte dos ativos líquidos	1.078.484	754.211	618.052	262.265
Outros efeitos	(1)	(754.211)	(618.052)	(262.265)
Participação financeira	1.078.483	-	-	-

Associadas	31 dez 2017			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	APOR
Capitais Próprios	4.203.171	5.101.963	1.623.204	1.276.812
Percentagem de detenção	25,00%	30,00%	41,89%	22,75%
Quota parte dos ativos líquidos	1.050.793	1.530.589	679.960	290.475
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-	1.549.408	-
Outros efeitos	-	62.159	1.817.461	-
Participação financeira	1.050.793	1.592.748	4.046.829	290.475

11.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dez 2018			31 dez 2017		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	17.301.187	17.160.451	34.461.638	-	-	-
Mudança de método de consolidação	-	-	-	2.703.451	-	2.703.451
Transferência de "Investimentos em associadas"	-	-	-	15.243.880	17.160.451	32.404.331
Operações descontinuadas (Nota 4.1)	(13.874.082)	(17.160.451)	(31.034.533)	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos	645.286	-	645.286	12.444	-	12.444
Efeito em capitais próprios	6.203.340	-	6.203.340	(658.588)	-	(658.588)
Resultados de operações descontinuadas	(7.269.400)	-	(7.269.400)	-	-	-
	<u>3.006.331</u>	<u>-</u>	<u>3.006.331</u>	<u>17.301.187</u>	<u>17.160.451</u>	<u>34.461.638</u>
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	5.431.437	1.549.408	6.980.845	22.403.095	28.658.523	51.061.618
Aquisições durante o exercício	-	-	-	768.143	846.657	1.614.800
Aumentos de capital	118.745	-	118.745	3.163.333	303.423	3.466.756
Transferência para "Investimentos em empreendimentos conjuntos"	-	-	-	(15.243.880)	(17.160.451)	(32.404.331)
Alienações durante o exercício	-	-	-	(11.464)	(2.492)	(13.956)
Equivalência patrimonial:						
Atividades descontinuadas	-	-	-	(636.606)	-	(636.606)
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	(1.091.889)	-	(1.091.889)	(2.929.980)	(2.843.437)	(5.773.417)
Distribuição de dividendos	(542.293)	-	(542.293)	(829.823)	-	(829.823)
Efeito em capitais próprios	(127.152)	-	(127.152)	(895.737)	-	(895.737)
Resultados de operações descontinuadas	(858.339)	-	(858.339)	-	-	-
Imparidade em empresas associadas (Nota 32 e 37)	(1.852.026)	(1.549.408)	(3.401.434)	(355.644)	(8.252.815)	(8.608.459)
	<u>1.078.483</u>	<u>-</u>	<u>1.078.483</u>	<u>5.431.437</u>	<u>1.549.408</u>	<u>6.980.845</u>
Total	<u>4.084.814</u>	<u>-</u>	<u>4.084.814</u>	<u>22.732.624</u>	<u>18.709.859</u>	<u>41.442.483</u>

O “Efeito em capitais próprios” nos Investimentos em empreendimentos conjuntos inclui 7 milhões de euros relativos à reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial que existiam nas operações descontinuadas.

Em 2018, a rubrica “Operações descontinuadas” no Investimentos em empreendimentos conjuntos refere-se à alienação da MDS em consequência da reorganização societária (Nota 4.1).

Em 2017 o valor da “Mudança de método de consolidação pela perda de controlo” é relativo à Sohi Meat Solutions- Distribuição de Carnes, SA. Esta empresa resulta do acordo assinado em 3 de janeiro de 2017, data em que foi constituída uma Joint Venture entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir desse momento, a Sohimeat passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 2017 o valor da “Transferência de Investimentos em associadas” resulta da transferência da participação na MDS para empreendimento conjunto como consequência do aumento da percentagem de detenção para 50% por aquisição. Esta aquisição teve por base uma valorização interna através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócios onde se projetam os respetivos cash-flows para períodos de 5 anos, com a utilização de um custo médio ponderado de capital de 12,24% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3%. A referida avaliação implicou um registo de imparidade em 2017 no valor de 8,6 milhões de euros.

12 OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dez 2018		31 dez 2017		31 dez 2018	31 dez 2017
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	5.252.372	925.197
Outros investimentos						11.326.684	11.388.210
						16.589.032	12.323.383

Em 31 de dezembro de 2018 estão incluídos em “Outros ativos financeiros” relativos a “Ativos financeiros a justo valor através de resultados”, 9.872.807 euros (9.919.677 euros em 31 de dezembro de 2017), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 34).

Em 31 de dezembro de 2018, com exceção da Escrow Account, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como “Investimentos ao justo valor através de resultados” tal como explicitado na nota 2.12.a) ii) e iii).

Em 31 de dezembro de 2017, antes da entrada em vigor da IFRS 9 o custo de aquisição destes investimentos foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas perdas por imparidade identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros				
Saldo em 1 de janeiro	12.323.383	-	10.910.648	-
Aumentos durante o exercício	1.144.576	-	1.459.291	-
Diminuições durante o exercício	(667.493)	-	(46.556)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	4.327.176	-	-	-
Outros	(538.610)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	16.589.032	-	12.323.383	-
Instrumentos financeiros derivados				
Justo valor em 1 de janeiro	-	179.881	-	4.207.972
Aquisições durante o exercício	-	18.244	-	-
Variações de perímetro	-	(241.220)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	1.274.509	-	(4.028.091)
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 26)	-	1.231.414	-	179.881
Total de outros investimentos financeiros (Nota 7)	16.589.032	1.231.414	12.323.383	179.881

13 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Outros devedores		
Cauções (a)	66.189	5.120.591
Depósitos judiciais (b)	3.502.069	3.916.334
Regime especial de regulariz.dívidas ao fisco (c)	4.527.309	6.181.878
Valor a receber referente à venda de empresas filiais	900.000	1.000.000
Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros	-	1.000.000
Valor retido na aquisição do grupo Salsa	-	2.463.875
Depositos de lojistas	-	787.615
Outros	350.209	(585.569)
	9.345.776	19.884.724
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos	-	-
Total de outros devedores	9.345.776	19.884.724
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	9.345.776	19.884.724
Outros ativos não correntes	-	268.174
	9.345.776	20.152.898

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Os valores a 31 de dezembro de 2017 eram relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha da Worten e Sonae S&F;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 27), estes valores não apresentam maturidade definida;
- O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae MC, razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	288.621	2.882.589
Mercadorias	412.886.114	731.894.928
Produtos acabados e intermédios	-	11.393.255
Produtos e trabalhos em curso	-	1.763.375
	413.174.735	747.934.147
Ajustamentos acumulados em inventários	(16.407.476)	(34.913.228)
	396.767.259	713.020.919

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 ascendem a 3.003.067.240 euros e 2.838.926.890 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Inventários iniciais	734.777.518	716.557.264
Variações cambiais	6.518	(51.540)
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(333.163.893)	(3.254.297)
Aquisições de filiais (Nota 5)	134.878	586.950
Compras	3.019.147.843	2.870.029.189
Regularizações de inventários	(4.355.023)	(11.575.670)
Inventários finais	413.174.736	734.777.518
	3.003.373.105	2.837.514.378
Ajustamentos em inventários	(305.865)	1.406.394
	3.003.067.240	2.838.920.772

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

15 CLIENTES

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Clientes correntes	123.097.010	85.503.751
Clientes de cobrança duvidosa	2.930.900	8.087.807
	126.027.910	93.591.558
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(2.953.919)	(8.327.142)
	123.073.991	85.264.416

A rubrica de Clientes correntes inclui 9.241.546 euros (17.696.359 euros em 31 de dezembro de 2017), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas.

16 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	6.425	6.425
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	25.071.018	37.998.176
Alienação de investimentos financeiros	300.000	-
IVA de imóveis e de descontos de talões	2.516.735	6.248.946
Alienação de ativos fixos tangíveis	235.820	2.141.299
Vales e cheques oferta	4.496.588	2.449.037
Outros ativos correntes	21.498.524	19.487.510
	54.118.685	68.324.968
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(3.765.016)	(7.129.898)
Total de outros devedores	50.353.669	61.195.070
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	50.360.094	61.201.495
Outros ativos correntes	-	-
	50.360.094	61.201.495

A 31 de dezembro de 2018, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

Em 31 de dezembro de 2018, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cações, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valores devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	20.772.096	38.358.788
Outros Impostos	1.067.572	1.573.930
	21.839.668	39.932.718
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	51.806.570	61.983.481
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	3.578.640	5.104.663
Contribuições para a Segurança Social	9.886.354	13.519.326
Outros Impostos	135.795	373.149
	65.407.359	80.980.619

A redução do valor das rubricas “Imposto sobre o rendimento” e “Contribuições para a Segurança Social” resulta essencialmente dos valores relativos às sociedades que foram alienadas no âmbito do processo de reestruturação societária (Nota 4.1 e 4.2).

18 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	23.427.538	4.402.358
Imposto sobre o rendimento	20.392.960	27.777.037
	43.820.498	32.179.395
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	36.139.436	27.107.138
Imposto sobre o rendimento	3.640.446	4.046.746
	39.779.882	31.153.884

Em 31 de dezembro de 2018 nos valores credores da rubrica “Imposto sobre o rendimento com entidade participante” estão incluídos cerca de 36,1 milhões de euros (27,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) de valor a pagar à Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo Sonae MC no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, SA é a empresa mãe.

19 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Receitas comerciais	11.290.106	25.214.880
Rendas	6.750.415	8.802.076
Seguros	3.950.267	4.557.941
Licenças software	2.630.616	2.225.055
Comissões a receber	5.069	1.077.520
Juros a receber	285.641	514.994
Indemnizações relativas a sinistros	67.020	122.335
Serviços de gestão de condomínios	318.417	115.382
Outros ativos correntes	6.703.615	11.621.783
	32.001.165	54.251.965

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae MC (Nota 39).

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.897.779	4.933.142	4.063.924	33.865.461
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	8.867	1.350.735	68.282.906	69.893.479
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	12.179.279	20.751.517	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.942	28.517	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	45.311	11.702	85.641	41.952
Amortização de goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	22.103.284	17.457.039
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	746.894	916.509
Prejuízos fiscais reportáveis	6.791.868	25.703.398	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	277.016	302.963
Benefícios fiscais	6.354.690	402.854	-	-
Outros	1.743.855	3.676.127	-	329.080
	31.025.591	56.857.992	95.559.665	122.806.483

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Saldo inicial	56.857.992	49.861.522	122.806.483	102.014.515
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	314.375	408.534	(2.242.497)	(1.101.591)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(322.058)	(197.293)	1.429.058	5.577.496
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites	(4.314.896)	(392.123)	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(5.258)	(10.247)	-	(44.232)
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	(167.809)	(116.394)
Constituição / (Reversão) líquida de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	(1.706.137)	6.868.072	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	5.816.679	17.457.039
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(25.947)	(26.647)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(7)	(9.330)	(13.512)	(220.405)
Benefícios fiscais	5.951.836	(129.013)	-	-
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	1.848.212	(2.216.888)	628.408	1.214.537
Outros	(383.545)	278.703	(1.170.435)	72.026
	1.382.522	4.600.415	4.253.945	22.811.829
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	35.596	(75.230)	43.689	(584.099)
Outros	-	(18.245)	(9.140)	(8.291)
	35.596	(93.475)	34.549	(592.390)
Aquisição de filiais	-	353.206	-	-
Atividades descontinuadas (Notas 4.1 e 4.2)	(26.925.295)	2.216.888	(31.662.238)	(1.214.537)
Outros	(325.224)	(80.564)	126.926	(212.934)
Saldo final	31.025.591	56.857.992	95.559.665	122.806.483

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae MC a dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e em 2018 ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros relativos a este exercício.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 dez 2018			31 dez 2017 Reexpresso			
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	
Com limite de data de utilização							
Gerados em 2013	Portugal	-	-	2018	622.068	130.634	2018
Gerados em 2014	Portugal	18.326	3.849	2026	1.673.556	351.447	2026
Gerados em 2015	Portugal	69.902	14.680	2027	69.902	14.680	2027
Gerados em 2016	Portugal	243.591	51.154	2028	243.591	51.154	2028
Gerados em 2017	Portugal	1.278.464	268.476	2022	5.638.684	1.184.124	2022
Gerados em 2018	Portugal	1.299.779	272.953	2023	-	-	2013
		<u>2.910.062</u>	<u>611.112</u>		<u>8.247.801</u>	<u>1.732.039</u>	
Sem limite de data de utilização							
	Espanha	24.723.024	6.180.756		95.885.439	23.971.359	
		<u>27.633.086</u>	<u>6.791.868</u>		<u>104.133.240</u>	<u>25.703.398</u>	

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae MC, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 10 com exceção das operações em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2018 um valor de 6,2 milhões de euros (20 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a

natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 6,5% (8,4% em 2017).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2018, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 53,7 milhões de euros (343,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dez 2018			31 dez 2017 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2016						
Portugal	-	-	2028	412	87	2028
	-	-		412	87	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima						
Holanda	-	-	2022-2026	93.389	18.678	2022-2026
	-	-		93.389	18.678	
Sem limite de data de utilização						
Brasil	17.416.580	5.921.637		16.560.133	5.630.445	
Malta	44.040	15.414		12.752	4.463	
Espanha	36.233.788	9.058.447		326.774.660	81.693.665	
	53.694.408	14.995.498		343.347.545	87.328.573	
	53.694.408	14.995.498		343.441.346	87.347.338	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente

à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sonae MC apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e conseqüentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016, 2017 e 2018.

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Numerário	9.240.759	10.443.119
Depósitos bancários	68.994.739	151.925.814
Aplicações de tesouraria	-	9.910
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 7)	78.235.498	162.378.843
Descobertos bancários (Nota 24)	(23.141)	(2.815.638)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	78.212.357	159.563.205

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

22 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Sonae, SGPS, S.A.	35,029%	25,029%
Sonaecenter Serviços, SA	51,827%	51,827%
Sonae Investments, BV	13,144%	13,142%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	-	10,000%
Libra Serviços, Lda	-	0,002%

Em 31 de dezembro de 2018, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 100% das restantes entidades que detêm o capital da Sonae MC.

A 17 de setembro de 2018 a subsidiária, Modelo Continente, SGPS, SA (Ex Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA), alienou 100.000.000 ações da Sonae MC. SGPS, SA à Sonae SGPS, SA., tendo gerado uma menos valia de 96.889.000 euros registada em “Outras Reservas e Resultados Transitados”. Na sequência da referida alienação, as reservas livres de montante igual às referidas ações, tornaram-se disponíveis.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 26 de setembro de 2018 procedeu-se à distribuição de reservas livres no montante de 472.000.000 euros e à restituição das entradas facultativas de capital no montante de 372.000.000 euros.

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos “Interesses sem controlo” é o seguinte:

	31 dez 2018				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos/Rendimentos recebidos
Elergone	4.302.437	1.409.307	1.023.963	352.327	-
Gowell	(251.531)	(370.432)	3.520.072	(181.512)	-
Fundos de Investimento Imobiliário	114.985.651	12.703.768	2.301.712	254.582	(405.352)
Maxmat	48.600.431	4.363.239	24.300.216	2.181.620	-
Outros	(13.386.695)	(6.220.044)	(7)	-	-
Atividades descontinuadas	-	(1.545.138)	-	109.349	(2.727.015)
Total	154.250.293	10.340.700	31.145.956	2.716.366	(3.132.367)

	31 dez 2017				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos/Rendimentos recebidos
Elergone	3.316.874	681.481	777.572	170.370	-
Gowell	350.014	85.472	3.814.830	41.881	-
Fundos de Investimento Imobiliário	265.873.142	15.752.069	30.837.270	315.319	(380.962)
Maxmat	44.229.227	4.151.006	22.114.613	2.075.503	-
Atividades descontinuadas	71.348.872	17.117.341	34.472.051	5.440.359	(3.025.568)
Total	385.118.129	35.675.522	92.016.336	8.043.432	(3.406.530)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos interesses sem controlo foi o seguinte:

	31 dez 2018						
	Elergone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	777.572	3.814.830	35.021.489	30.287.831	22.114.613	-	92.016.335
Dividendos distribuídos	-	-	(1.393.908)	-	-	-	(1.393.908)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	(1.333.107)	(405.352)	-	-	(1.738.459)
Varição resultante da conversão cambial	-	-	13.567	-	-	-	13.567
Constituição de filiais	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Alienação de filiais (Nota 4.1.1)	-	-	(31.072.022)	(27.835.349)	-	-	(58.907.371)
Varição das reservas de cobertura	(105.936)	-	4.614	-	3.983	-	(97.339)
Mudança de método de consolidação	-	-	(1.211.039)	-	-	-	(1.211.039)
Outras variações	-	(113.246)	(18.943)	-	-	(7)	(132.196)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	352.327	(181.512)	109.349	254.582	2.181.620	-	2.716.366
Saldo final em 31 de dezembro	1.023.963	3.520.072	-	2.301.712	24.300.216	(7)	31.145.956

	31 dez 2017						
	Elergone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	526.934	-	31.675.013	31.013.770	20.073.395	-	83.289.112
Dividendos distribuídos	-	-	(1.162.226)	-	-	-	(1.162.226)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	(1.863.343)	(380.962)	-	-	(2.244.305)
Varição de percentagem em filiais	-	-	-	(110.864)	-	-	(110.864)
Varição resultante da conversão cambial	-	-	11.904	-	-	-	11.904
Aquisição de filiais	-	3.772.948	-	-	-	-	3.772.948
Constituição de filiais	-	-	400.000	-	-	-	400.000
Varição das reservas de cobertura	78.909	-	(35.804)	-	(34.285)	-	8.820
Outras variações	1.359	1	6.148	7	-	-	7.515
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	170.370	41.881	5.440.359	315.319	2.075.503	-	8.043.432
Saldo final em 31 de dezembro	777.572	3.814.830	34.472.051	30.837.270	22.114.613	-	92.016.336

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controlo é como segue:

	31 dez 2018						
	Elergone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Total do ativo não corrente	26.197	1.083.082	-	116.398.078	32.316.211	13.557.657	163.381.225
Total do ativo corrente	11.190.698	2.100.972	-	724.499	41.340.204	1.327.855	56.684.228
Total do passivo não corrente	-	611.569	-	-	851.882	24.983.928	26.447.379
Total do passivo corrente	6.914.458	2.824.016	-	2.136.926	24.204.102	3.288.279	39.367.781
Capital próprio	4.302.437	(251.531)	-	114.985.651	48.600.431	(13.386.695)	154.250.293

31 dez 2017							
	Elegone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Total do ativo não corrente	29.032	658.325	133.079.317	262.927.550	30.731.921	-	427.426.145
Total do ativo corrente	7.457.740	1.296.793	65.432.201	7.168.407	36.052.543	-	117.407.684
Total do passivo não corrente	-	23.405	77.411.930	814.576	846.731	-	79.096.642
Total do passivo corrente	4.169.898	1.581.699	49.750.716	3.408.239	21.708.506	-	80.619.058
Capital próprio	3.316.874	350.014	71.348.872	265.873.142	44.229.227	-	385.118.129

31 dez 2018							
	Elegone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Volume de negócios	58.871.128	9.431.661	-	12.706.710	85.548.976	-	166.558.475
Outros rendimentos operacionais	1.317.361	275.458	-	4.237.651	3.178.118	83	9.008.671
Gastos operacionais	(58.383.457)	(10.047.252)	-	(4.355.571)	(82.844.277)	(4.718.596)	(160.349.153)
Resultados financeiros	(25.070)	(10.117)	-	(1)	(106.813)	(1.501.531)	(1.643.532)
Resultados relativos a investimentos	-	381	-	-	-	-	381
Imposto sobre o rendimento	(370.655)	(20.563)	-	114.979	(1.412.765)	-	(1.689.004)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.409.307	(370.432)	-	12.703.768	4.363.239	(6.220.044)	11.885.838
Resultado líquido das Operações descontinuadas	-	-	(1.545.138)	-	-	-	(1.545.138)
Outro rendimento integral do exercício	(105.936)	(113.246)	(14.337)	-	3.983	-	(229.536)
Total rendimento integral do exercício	1.303.371	(483.678)	(1.559.475)	12.703.768	4.367.222	(6.220.044)	10.111.164

31 dez 2017							
	Elegone	Gowell	Atividades descontinuadas	Fundos de Investimento Imobiliário	Maxmat	Outros	Total
Volume de negócios	50.085.908	5.638.813	-	12.857.330	78.126.929	-	146.708.980
Outros rendimentos operacionais	1.048.268	163.548	-	7.222.896	3.236.320	(808)	11.670.224
Gastos operacionais	(50.249.297)	(5.654.206)	-	(4.087.264)	(76.624.716)	(1.160.191)	(137.775.674)
Resultados financeiros	(13.066)	(3.125)	-	(1)	(30.757)	(950.848)	(997.797)
Resultados relativos a investimentos	-	37	-	-	-	-	37
Imposto sobre o rendimento	(190.332)	(59.595)	-	(240.892)	(556.770)	-	(1.047.589)
Resultado líquido consolidado do exercício	681.481	85.472	-	15.752.069	4.151.006	(2.111.847)	18.558.181
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	17.117.341	-	-	-	17.117.341
Outro rendimento integral do exercício	80.268	1	(29.653)	7	(34.285)	-	16.338
Total rendimento integral do exercício	761.749	85.473	17.087.688	15.752.076	4.116.721	(2.111.847)	35.691.860

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	15.500.000	313.000.000	7.500.000	182.500.000
Filial da Sonae Investimentos 2014/2023	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2023	-	20.000.000	-	20.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2019	30.000.000	-	5.000.000	30.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2017/2022	-	-	-	31.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2017/2025	-	20.000.000	-	-
Sonae Investimentos 2017/2018	-	-	100.000.000	-
Outros	91.323	-	6.144.402	24.093.006
	45.591.323	403.000.000	118.644.402	337.593.006
Descobertos bancários (Nota 21)	23.141	-	2.815.638	-
Custos de montagem de financiamentos	(35.073)	-	(7.543)	(135.645)
Empréstimos bancários	45.579.391	403.000.000	121.452.497	337.457.361
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	-	-	50.000.000	-
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2022	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	-	95.000.000	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	3.000.000	6.000.000	3.000.000	9.000.000
Obrigações IVN 2016/2023	-	-	5.000.000	25.000.000
Custos de montagem de financiamentos	(3.620)	(1.129.591)	(29.194)	(1.693.455)
Empréstimos por obrigações	2.996.380	254.870.409	57.970.806	282.306.545
Outros empréstimos	66.582	-	75.297	12.030
Instrumentos derivados (Nota 26)	181.705	-	1.248.119	-
Outros empréstimos	248.287	-	1.323.416	12.030
Credores por locações financeiras (Nota 25)	17.170	11.569	491.416	708.477
	48.841.228	657.881.978	181.238.135	620.484.413

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,18% (1,32% em 31 de dezembro de 2017). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	48.698.217	7.696.734	180.026.753	9.702.686
N+2	159.344.902	6.726.851	50.721.362	8.357.428
N+3	251.333.333	4.009.765	165.550.634	7.473.557
N+4	138.333.333	1.968.101	193.121.884	4.032.582
N+5	93.333.333	1.178.685	165.669.633	1.897.110
Após N+5	16.666.667	316.380	47.250.000	772.760
	707.709.786	21.896.516	802.340.266	32.236.123

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2018 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sonae MC dispunha conforme detalhado na Nota 21, “Caixa e equivalentes de caixa”, o valor de 78.212.357 euros (159.563.205 euros em 31 de dezembro de 2017) e ainda as linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis (Nota 3.3)	94.000.000	202.000.000	94.443.125	242.750.000
Montantes de linhas contratadas	101.500.000	515.000.000	105.760.000	537.500.000

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os “Credores por locações financeiras” tinham a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	8.292	506.077	-	491.416
N+2	20.446	413.698	17.170	406.798
N+3	-	197.784	11.569	195.524
N+4	-	84.963	-	84.297
N+5	-	21.927	-	21.858
Após N+5	-	-	-	-
	28.738	1.224.449	28.739	1.199.893
Juros futuros	(495)	(24.555)		
	28.243	1.199.894		
Componente de curto prazo			17.170	491.416
Credores por locações financeiras - Líquidos da parcela de curto prazo			11.569	708.477

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Bens objeto de locação financeira		
Terrenos e edifícios	-	83.707
Equipamento básico	10.306	831.141
Equipamento transporte	15.822	666.754
Total de ativos fixos tangíveis	26.128	1.581.602

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 62.113 euros (2.394.135 euros em 31 de dezembro de 2017).

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae MC utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae MC contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 181.705 euros, e no ativo de 1.231.414 euros (1.248.119 euros no passivo e 179.881 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2017).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Empresas participantes (Nota 44)	-	400.003.610
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	348.332	1.151.347
Outras dívidas a terceiros não correntes	485.255	1.734.885
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	833.587	402.889.842
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 28)	1.453.027	2.949.568
Extensão de garantias a clientes (2.15)	1.600	7.551.397
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.5.c)	20.453.191	-
Outros acréscimos e diferimentos	401.983	2.398.958
Outros passivos não correntes	23.143.388	415.789.765

A variação na rubrica “Empresas participantes” é referente à amortização antecipada, em 27 de setembro de 2018, da totalidade do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros, emitido em 28 de dezembro de 2010, pela Sonae MC, SGPS, SA, este empréstimo tinha uma maturidade de 10 anos.

O valor incluído na rubrica “Encargos assumidos na alienação de imóveis” é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos Sale & Leaseback estes valores foram pagos no momento da transação e a Sonae MC assumiu a responsabilidade futura.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae MC, SGPS concedeu, em 2018 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Ações							
	2015	2018	69	-	1.737.573	-	1.956.507
	2016	2019	76	1.515.719	2.196.307	1.608.118	2.494.525
	2017	2020	79	1.775.373	3.427.809	2.161.516	3.859.715
	2018	2021	78	1.681.427	-	2.088.711	-
Total				4.972.519	7.361.689	5.858.344	8.310.747

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018 e de 2017, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	706.960	3.387.203
Registado em exercícios anteriores	1.942.932	1.504.078
	2.649.892	4.891.281
Registado em outros passivos não correntes (Nota 27)	1.453.027	2.949.568
Registado em outros passivos correntes (Nota 31)	1.196.865	1.941.713
	2.649.892	4.891.281

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2018	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	777.571.055	776.834.455	736.600
Fornecedores, faturas em receção e conferência	54.538.059	54.538.059	-
	832.109.114	831.372.514	736.600

	31 dez 2017	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	1.098.778.923	1.097.183.121	1.595.802
Fornecedores, faturas em receção e conferência	79.024.647	79.024.647	-
	1.177.803.570	1.176.207.768	1.595.802

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae MC. A Sonae MC entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A variação do saldo de fornecedores de 2017 para 2018 resulta principalmente das operações descontinuadas mencionadas na Nota 4.1 e 4.2.

A Sonae MC mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae MC da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	54.500.369	53.271.144	558.151	671.074
Outras dívidas	25.979.307	25.967.310	43	11.954
	80.479.676	79.238.454	558.194	683.028
Empresas participadas e participantes	-			
	80.479.676			

	31 dez 2017	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	69.345.981	68.278.019	709.290	358.672
Outras dívidas	48.504.277	48.229.776	139.470	135.031
	117.850.258	116.507.795	848.760	493.703
Empresas participadas e participantes	-			
	117.850.258			

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 9.980.132 euros (10.421.939 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 798.360 euros (16.150.935 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 3.080.487 euros (3.447.882 euros em 31 de dezembro de 2017) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32);

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Gastos com o pessoal	91.766.856	116.998.013
Outros fornecimentos e serviços externos	24.619.409	39.795.241
Extensão de garantias a clientes (Nota 2.15)	-	57.862.718
Publicidade e propaganda	13.791.639	15.347.936
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.5.c e Nota 27)	1.314.235	17.728.428
Rendas fixas debitadas antecipadamente	3.845.852	6.914.805
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 28)	1.196.865	1.941.713
Encargos financeiros a liquidar	915.488	1.632.754
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	1.709.241	2.097.284
Outros	5.443.240	9.898.798
	144.602.825	270.217.690

A variação de valor da rubrica “Outros passivos correntes” entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 resulta essencialmente dos valores relativos às sociedades que foram alienadas no âmbito do processo de reestruturação societária (Nota 4.1 e 4.2).

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2018	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2018
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11.3)	11.451.896	3.401.434	-	(11.451.896)	3.401.434
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	114.815.604	13.904.735	(26.435.249)	(17.694.333)	84.590.757
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9)	1.519.949	5.401.878	-	(91)	6.921.736
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	8.327.142	2.239.085	(2.895.475)	(4.716.833)	2.953.919
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	7.129.898	1.095.462	(1.050.051)	(3.410.293)	3.765.016
Provisões não correntes	14.659.973	3.122.173	(1.005.409)	(7.206.295)	9.570.442
Provisões correntes	5.610.383	2.222.645	(5.514.083)	(1.410.544)	908.401
	163.514.845	31.387.412	(36.900.267)	(45.890.285)	112.111.705

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2017	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2017
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11)	-	11.451.896	-	-	11.451.896
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	119.536.814	853.597	(5.744.050)	169.243	114.815.604
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.497.024	-	-	22.925	1.519.949
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	2.450.000	-	(2.450.000)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	7.543.512	2.412.256	(1.628.626)	-	8.327.142
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	7.436.976	1.224.158	(1.531.236)	-	7.129.898
Provisões não correntes	16.006.272	88.421	(1.434.720)	-	14.659.973
Provisões correntes	3.204.001	4.172.357	(1.765.975)	-	5.610.383
	157.674.599	20.202.685	(14.554.607)	192.168	163.514.845

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o valor de “Aumentos” e “Diminuições” de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidade na demonstração de resultados	13.232.978	1.845.514
Imparidades registadas em investimentos em empreendimentos conjuntos (Notas 11 e 37)	3.401.434	11.451.896
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(2.090.442)	(1.516.773)
Reversão de imparidade em devedores por alienação de investimentos financeiros na MDS	-	(1.000.000)
Reversões registados em ativos fixos tangíveis relativas aos ativos alienados (Nota 8)	(18.955.567)	(1.644.103)
Encerramento da Turquia	378.000	-
Conversão cambial	(872.349)	(1.166.018)
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidade de operações descontinuadas	(563.444)	(2.071.568)
Outros	(43.466)	(250.871)
	<u>(5.512.855)</u>	<u>5.648.078</u>

A 31 de dezembro de 2018 o valor da rubrica “Transferências e outros movimentos” refere-se essencialmente às atividades que foram descontinuadas (Nota 4.1 e 4.2).

As rubricas “Provisões não correntes” e “Provisões Correntes” incluem o valor de 9.570.442 euros (7.358.151 euros em 31 de dezembro de 2017) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018, é como se segue:

	Credores por locações financeiras (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)	Empréstimos de partes relacionadas (Nota 44)
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.199.894	799.274.535	1.068.238	400.000.000
Fluxos de caixa:				
Recebimentos de dívida financeira	-	5.567.269.577	-	-
Pagamentos de dívida financeira	-	(5.597.763.674)	-	(400.000.000)
Descobertos Bancários	-	(2.792.496)	-	-
Amortizações Capital Leasing	(1.171.154)	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	-	(2.325.223)	-
Gastos de montagem dos financiamentos	-	697.552	-	-
Aquisições durante o exercício	-	-	(18.244)	-
Operações descontinuadas	-	(60.172.732)	241.220	-
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.740	706.512.762	(1.034.009)	-

34 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

- Garantias e fianças prestadas

	31 dez 2018	31 dez 2017
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	923.944.717	957.564.770
por processos judiciais em curso	126.583	327.624
por processos autárquicos em curso	9.692.172	9.126.363
contratuais por bom cumprimento	10.469.261	13.078.087
outras garantias	4.469.261	5.911.363

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 503,9 milhões de euros (503,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) relativos aos períodos de 2004 a 2013, relacionados com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 14,7 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 45,8 milhões de euros (203,5 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 21 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento.

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 24,6 milhões de euros (27,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2018 a 21,6 milhões de euros (24,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 42 milhões de euros (38 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae MC SGPS, SA (ex - Sonae Investimentos), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo

celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano EDP/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão, sendo expectativa do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, hard-discounts e seus fornecedores).

Em 22 de Março de 2019, no contexto da referida investigação, a AdC publicou no seu site que dirigiu notas de ilicitude à Modelo Continente Hipermercados, S.A. relativas a alegadas práticas restritivas de concorrência. As notas de ilicitude não representam o resultado final da investigação, mas sim uma fase provisória e que está ainda sujeita ao exercício do direito de defesa da visada. As referidas notas estão a ser analisadas com todo o rigor e cuidado, sendo certo que a Modelo Continente Hipermercados, S.A. não abdicará de salvaguardar os seus direitos, nomeadamente o de defesa em lugar próprio. Tendo em conta a fase inicial em que se encontra o referido processo, não é possível estimar o seu desfecho, no entanto, é expectativa do Conselho de Administração que deste processo não advirão responsabilidades relevantes para a referida sociedade.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae MC SGPS.

35 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 99.268.868 euros (148.917.387 euros em 31 de dezembro de 2017) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	17.938.782	22.474.950
N+1	88.882.044	124.407.735
N+2	85.072.003	120.258.987
N+3	76.769.361	115.628.225
N+4	72.764.059	109.566.701
N+5	70.147.735	100.669.793
Após N+5	644.983.515	666.390.892
	1.056.557.499	1.259.397.283

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

Durante o exercício de 2018 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 30.677.860 euros (31.747.997 euros em 31 de dezembro de 2017) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae MC.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae MC tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.448.527	4.909.783
N+1	27.669.588	5.662.797
N+2	26.621.911	5.148.034
N+3	25.179.378	4.265.464
N+4	24.345.150	3.243.195
N+5	21.456.387	2.697.356
Após N+5	45.977.241	10.654.331
	174.698.182	36.580.960

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

36 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “Vendas e as prestações de serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Vendas de mercadorias	4.191.168.639	3.934.946.407
Prestações de serviços	116.335.901	119.576.585
	4.307.504.540	4.054.522.992

37 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os rendimentos e gastos relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como se segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Dividendos	130.450	130.450
Correção ao custo de aquisição de filiais	-	(200.000)
Outros	502	37
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	502	(199.963)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	-
Outros	-	-
Imparidade de investimentos em associadas	(2.384.956)	-
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(2.384.956)	-
Rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos	(2.384.454)	(199.963)

38 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 têm a seguinte decomposição:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(4.339.216)	(4.150.404)
relativos a obrigações não convertíveis	(4.848.469)	(5.983.003)
relativos a outros empréstimos	(23.901.112)	(32.444.444)
relativos a contratos de locação financeira	-	(953)
outros	(1.728.339)	(2.187.785)
	(34.817.136)	(44.766.589)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.589.218)	(590.241)
"Early termination"	(32.000.000)	-
Encargos de emissão de dívida	(2.767.250)	(3.338.461)
Outros	(1.543.948)	(1.375.017)
	(72.717.552)	(50.070.308)
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	27.106	21.493
outros	1.063.006	2.705.834
	1.090.112	2.727.327
Diferenças de câmbio favoráveis	882.770	427.343
Outros proveitos e ganhos financeiras	1.803.418	65.554
	3.776.300	3.220.224
Resultados financeiros	(68.941.252)	(46.850.084)

O valor registrado na rubrica "Early termination" é relativo à amortização antecipada do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros (Notas 24 e 44).

39 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Rendimentos suplementares	22.789.108	21.912.371
Ganhos na alienação de ativos	37.993.012	13.478.930
Diferenças cambiais	6.426.352	7.564.910
Descontos de pronto pagamento obtidos	23.205.453	22.044.372
Trabalhos para a própria empresa (Nota 9)	8.952.255	8.983.732
Benefícios de penalidades contratuais	283.090	4.105.539
Indemnizações relativas a sinistros	104.939	862.943
Subsídios à exploração	578.300	427.605
Outros	2.216.630	3.525.515
	102.549.139	82.905.917

Na rubrica de “Ganhos na alienação de ativos” estão incluídos os ganhos relativos à operação de “Sale & Leaseback” no valor de 37,4 milhões de euros (10,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017) (Nota 8).

40 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Publicidade e propaganda	64.243.024	63.111.600
Rendas e alugueres	125.700.546	118.142.333
Transportes de mercadorias	44.175.577	35.848.035
Electricidade e combustíveis	63.598.872	55.184.603
Trabalhos especializados	52.268.045	48.568.802
Conservação e reparação	23.452.374	21.533.142
Custos com terminais pagamento automático	10.072.459	9.381.941
Vigilância e segurança	15.901.741	15.165.880
Limpeza, higiene e conforto	22.508.839	20.824.544
Comunicação	5.447.351	6.058.026
Deslocações e estadas	6.295.029	6.054.627
Materiais de consumo	9.303.241	9.039.714
Seguros	4.743.610	5.049.579
Entregas ao domicílio	7.514.904	7.115.707
Subcontratos	6.095.437	7.098.378
Outros	27.061.456	27.133.810
	488.382.505	455.310.721

41 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Remunerações	407.295.593	386.076.735
Encargos sobre remunerações	82.895.079	80.254.650
Seguros	9.268.477	8.755.730
Gastos com ação social	3.484.753	3.405.398
Outros gastos com pessoal	20.026.314	9.714.365
	522.970.216	488.206.878

42 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Variação cambial	5.503.829	7.044.877
Cartão Galp/Continente	12.608.328	12.952.899
Perdas na alienação e abates de ativos	3.461.993	6.663.024
Impostos indiretos e taxas	5.285.301	5.719.100
Donativos	7.987.730	6.440.050
Imposto municipal sobre imóveis	1.979.276	2.038.617
Outros gastos	7.739.156	2.920.188
	44.565.613	43.778.755

43 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são detalhados como segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017 Reexpresso
Imposto corrente	10.193.864	21.156.927
Imposto diferido (Nota 20)	2.871.423	18.211.414
	13.065.287	39.368.341

	Empresa - Mãe		Empresas conjuntamente controladas		Empresas associadas	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Otros ativos não correntes	-	-	-	-	-	-
Clientes	104.189	244.501	312.350	4.748.044	1.411.382	2.391.021
Outras dívidas de terceiros	30.863	13.597	591.594	7.969	(8)	4.743
Imposto sobre o rendimento a receber	21.435.437	4.402.358	-	-	-	-
Outros ativos correntes	49.320	44.843	(102.136)	(83.504)	-	-
Outros passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	154.049	191.303	69.610.827	26.137.966	2.097	1.107
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento a pagar	16.816.833	26.837.408	-	-	-	-
Outros passivos correntes	1.510.506	1.387.051	167.719	124.389	-	-
	40.101.198	33.121.061	70.580.355	30.934.864	1.413.471	2.396.871
Aquisição de ativos fixos tangíveis	-	7.036	1.790	17.122	-	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	-	890	1.790	43.107	4.223	-
Aquisição de ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Alienação de ativos intangíveis	-	-	-	33.408	-	-
	-	7.926	3.580	93.638	4.223	-

	Outras partes relacionadas		Operações descontinuadas	
	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Otros ativos não correntes	-	146.156	-	996.727
Clientes	9.241.546	17.715.567	89.900.452	1.372.779
Outras dívidas de terceiros	6.054.400	2.575.082	9.734.256	247.927
Imposto sobre o rendimento a receber	-	-	1.992.101	-
Outros ativos correntes	2.035.528	1.619.866	1.202.186	850.973
Outros passivos não correntes	239.447	400.273.765	152.112	(8.359)
Fornecedores	2.114.238	7.208.483	7.049.159	315.300
Outras dívidas a terceiros	12.776.952	10.962.656	499.618	8.959
Imposto sobre o rendimento a pagar	538.414	264.765	18.739.884	-
Outros passivos correntes	2.215.790	2.854.600	1.844.159	45.019
	35.216.315	443.620.940	131.113.928	3.829.326
Aquisição de ativos fixos tangíveis	35.613.067	36.282.444	-	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	4.970.719	313.011	13.010	-
Aquisição de ativos intangíveis	3.308.763	4.293.009	-	-
Alienação de ativos intangíveis	-	3.434	6.041.129	-
	43.892.549	40.891.898	6.054.139	-

	31 dez 2018	
	Recebimentos	Pagamentos
Empresa mãe e operações descontinuadas		
Movimentos relacionados com	1.342.836.448	(66.183.601)
Movimentos relacionados com dívida e juro:	1.229.808.400	(1.416.172.044)
Transações relacionadas com operações descontinuadas que não foram	194.673.737	(200.375.490)
Dividendos obtidos	1.073.132	-
Total	2.768.391.717	(1.682.731.135)

1) Consideram-se "Outras partes relacionadas" as filiais ou empreendimentos conjuntos da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae MC, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae MC, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, tem a seguinte composição:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)
Benefícios de curto prazo	93.750	3.308.141	-	7.664.224
Benefícios em ações	-	1.012.400	-	2.344.500
	93.750	4.320.541	-	10.008.724

- (a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae MC (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae MC).

45 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2018		31 dez 2017 Reexpresso	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	108.607.597	540.346.997	80.965.870	(53.333.777)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	108.607.597	540.346.997	80.965.870	(53.333.777)
Numero de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	925.000.000	925.000.000	900.000.000	900.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações	-	-	-	-
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	925.000.000	925.000.000	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação				
Básico	0,117414	0,584159	0,089962	(0,059260)
Diluído	0,117414	0,584159	0,089962	(0,059260)

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

46 RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser analisados como segue:

- Atividade de Investimento		
Recebimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Recebimento da alienação da Imoconti em 2016	-	21.009.032
Recebimento relativo à alienação da Raso SGPS	-	537.500
Recebimento relativo à alienação da MDS SGPS	-	6.507
Acerto preço aquisição da Losan	-	-
Alienação de participações da Sport Zone (4.2)	28.628.150	-
Liquidação da Apor	254.796	-
Fundo compensação Trabalho	392.874	-
	647.670	21.553.039
Pagamentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Aquisição da Gowell- Promoção Eventos, Catering e	-	3.788.464
Aumento capital na Ulabox	-	2.007.819
Compra de ações MDS SGPS, SA	-	1.614.800
Subscrição de ações JD Sprinter (Nota 4.2)	26.546.230	-
Fundo compensação Trabalho	871.499	1.323.730
Prestações Suplementares de capital na S2 Mozambique, SA	118.745	1.078.154
Aquisição da Brio- Prod. Agricultura Biológica, SA	584.229	931.023
Aumento de capital na Movvo	-	380.783
	1.574.473	11.124.773
Recebimentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Alienação de unidade de participação do Fundo Imosonae Dois	-	1.124.447
Outros	-	88.740
	-	1.213.187
Pagamentos	31 dez 2018	31 dez 2017
Aquisição de unidade de participação do Fundo Imosonae Dois	-	1.267.876
Outros	-	236.377
	-	1.504.253

47 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de setembro de 2018, a Modelo Continente Hipermercados SA sucursal em Espanha, subsidiária da Sonae MC, celebrou um acordo com a Corpin Capital visando a aquisição de 60% do capital da Tomenider SL (“Sociedade”), a qual detém 100% da Arenal Perfumarias SLU (“Arenal”), pelo valor total estimado de aproximadamente 45 milhões de euros. A Arenal é uma empresa de retalho de para-farmácias e perfumarias com uma rede de 41 lojas no norte de Espanha. Fundada em 1971 pela família Vázquez, a Arenal gerou um volume de negócios de 97 milhões de euros em 2017.

Em 11 de dezembro de 2018, a referida transação foi aprovada pelas autoridades da concorrência competentes. A conclusão desta operação, prevista para janeiro de 2019, permitirá à Sonae MC potenciar de forma muito significativa os ativos e competências conjuntos da Well’s e da Arenal, reforçando a sua posição no segmento de Health & Wellness, um dos seus principais pilares estratégicos de desenvolvimento.

48 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

49 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2018		31 dezembro 2017	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
1) Sonae Investimentos- SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae MC					
2) Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
BB Food Service, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Selecção, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	a) Lisboa	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
MCCARE – Serviços de Saúde, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Make Notes Design, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) SK Skin Health Cosmetics, S.A.	a) Oeiras	-	-	100,00%	100,00%

Worten

3)	HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a)	Malta (Malta)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Infofield - Informática, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
3)	Worten Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	-	-	60,00%	60,00%
3)	Worten - Equipamento para o Lar, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
3)	Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%

Sonae Sports & Fashion

3)	Bright Brands Sports Goods, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
3)	Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	a)	Varsóvia (Polónia)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Comercial Losan, S.L.U.	a)	Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Fashion Division, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
3)	Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Irmãos Vila Nova, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão	-	-	100,00%	50,00%
3)	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão	-	-	100,00%	50,00%
3)	IVN – Serviços Partilhados, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão	-	-	100,00%	50,00%
3)	IVN Asia Limited	b)	Hong Kong (China)	-	-	100,00%	50,00%
3)	Losan Colombia, S.A.S.	a)	Bogotá (Colombia)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Losan Overseas Textile, S.L	a)	Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.	a)	Istambul (Turquia)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
3)	Modalloop – Vestuário e Calçado, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
3)	Salsa Canarias SL	b)	Tenerife (Espanha)	-	-	60,00%	30,00%

3)	Salsa DE Gmbh	b)	Dusseldorf (Alemanha)	-	-	100,00%	50,00%
3)	Salsa Distribution USA LLC	b)	New York (EUA)	-	-	100,00%	50,00%
3)	Salsa France, S.A.R.L.	b)	Paris (França)	-	-	99,99%	50,00%
3)	Salsa Luxembourg, Sàrl	b)	Luxemburgo	-	-	100,00%	50,00%
3)	SDSR – Sports Division SR, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
3)	SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão	-	-	100,00%	50,00%
3)	SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	b)	Pontevedra (Espanha)	-	-	100,00%	50,00%
3) 4)	Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	-	-	60,00%	60,00%
3) 4)	Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
5)	Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Têxtil do Marco, S.A.	a)	Marco de Canaveses	-	-	92,76%	92,76%
3)	Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (Mexico)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Zippy – Comércio e Distribuição, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
3)	Zippy - Comércio Y Distribución, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
5)	Zíppy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	100,00%	100,00%
3) 6) 7)	ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Sonae RP							
3)	Arat Inmuebles, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
	Asprela – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Azulino Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a)	Maia	-	-	80,40%	80,40%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosona Dois	a)	Maia	98,00%	98,00%	97,91%	97,91%
	Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Porto	-	-	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	a)	Maia	-	-	60,00%	60,00%
	Sonaerp – Retail Properties, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Valor N, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Maxmat						
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Sonae FS						
3) SFS – Gestão e Consultoria, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
8) Sonae Financial Services, S.A.	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
Outros						
Modelo Continente International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SCBrasil Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9) Modelo Continente, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Sonae SR Malta Holding Limited	a)	Malta	-	-	100,00%	100,00%
3) Sonae SR – Serviços e Logística, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
10) Sonae MC – Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Tlantic BV	a)	Amesterdão (Holanda)	-	-	70,71%	70,71%
3) Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Matosinhos	-	-	100,00%	70,71%
3) Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	-	-	100,00%	70,71%

* a percentagem de capital detido “Total” representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido “Direto” corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa;

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

- 1) Ex - Sonae Investimentos- SGPS, S.A.;
- 2) Filial adquirida no período;
- 3) Filial alienada no período;
- 4) Após a conclusão do acordo para a combinação entre a Sport Zone e a JD Sprinter em 31 de janeiro de 2018, a Sport Zone e as suas participadas deixaram de ser incluídas pelo método de consolidação integral e passam a ser consolidadas pelo método da equivalência patrimonial;
- 5) Filial em processo de liquidação motivo pelo qual se encontra classificada em operações descontinuadas no período;
- 6) Ex - ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, S.A.;
- 7) Ex - Sonae – Shared Service Center, S.A.;
- 8) Ex - SFS – Serviços de Gestão e Marketing, S.A.;
- 9) Ex - Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.;
- 10) Ex - Sonaecenter Serviços II, S.A..

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 29 de março de 2019.

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Álvaro José Barrigas do Nascimento

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

Maria Inês Martins Valadas

Demonstrações financeiras separadas

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	7	-	86
Investimentos	6	1.524.967.499	1.636.342.459
Ativos por impostos diferidos		6.211	3.042
Outros ativos não correntes	5, 8	819.906.686	1.444.692.956
Total de ativo não corrente		2.344.880.396	3.081.038.543
ATIVO CORRENTE:			
Outras dívidas de terceiros	5, 9	783.916.162	1.215.249.146
Estado e outros entes públicos	10	5.619.332	5.619.332
Outros ativos correntes	5, 11	2.348.966	3.234.157
Caixa e equivalentes de caixa	5, 12	17.382.396	475.958
Total de ativo corrente		809.266.856	1.224.578.593
TOTAL DO ATIVO		3.154.147.252	4.305.617.136
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	14	174.887.958	174.845.768
Outras reservas	15	778.740.908	1.621.939.314
Resultado líquido do exercício		61.230.652	843.784
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.014.859.518	2.797.628.866
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	254.870.409	257.306.545
Empréstimos bancários	5, 16	313.000.000	213.500.000
Outros passivos não correntes	5, 17	-	400.000.000
Total de passivo não corrente		567.870.409	870.806.545
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	2.996.380	52.970.806
Empréstimos bancários	5, 16	15.500.000	110.012.621
Fornecedores	5, 18	262.304	168.320
Outras dívidas a terceiros	5, 19	548.239.160	469.514.996
Estado e outros entes públicos	10	1.960.091	1.893.882
Outros passivos correntes	5, 20	2.459.390	2.621.100
Total de passivo corrente		571.417.325	637.181.725
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.154.147.252	4.305.617.136

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	24	99.201.216	19.996.081
Rendimentos e ganhos financeiros	25	28.416.374	30.705.118
Outros rendimentos	26	628.807	628.244
Fornecimentos e serviços externos	27	(4.649.546)	(2.941.642)
Gastos com o pessoal	28	(159.693)	(44.307)
Depreciações e amortizações	7	(86)	(129)
Provisões e perdas por imparidade	21	(27.794)	(13.522)
Gastos e perdas financeiras	25	(70.110.029)	(47.756.635)
Outros gastos e perdas		(78.727)	(115.540)
Resultado antes de impostos		53.220.522	457.668
Imposto sobre o rendimento	29	8.010.130	386.116
Resultado líquido individual do exercício		61.230.652	843.784
Resultados por ação (básico e diluído)	30	0,0659	0,0009

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Resultado líquido individual do exercício	61.230.652	843.784
Total rendimento integral individual do exercício	61.230.652	843.784

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)	Outras reservas e resultados transitados									
	Notas	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas	Resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2017		1.000.000.000	-	170.940.266	320.000.000	1.267.734.789	-	1.587.734.789	78.110.026	2.836.785.081
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	-	-	-	-	843.785	843.785
Aplicação do resultado individual de 2016:										
Transferência para reservas	13, 14, 15	-	-	3.905.502	-	34.204.525	-	34.204.525	(38.110.027)	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro 2017		1.000.000.000	-	174.845.768	320.000.000	1.301.939.314	-	1.621.939.314	843.784	2.797.628.866
Saldo em 1 de janeiro de 2018		1.000.000.000	-	174.845.768	320.000.000	1.301.939.314	-	1.621.939.314	843.784	2.797.628.866
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	-	-	-	-	61.230.652	61.230.652
Aplicação do resultado individual de 2017:										
Transferência para reservas	13, 14, 15	-	-	42.190	-	801.594	-	801.594	(843.784)	-
Restituição de entradas facultativas capital	13, 15	-	-	-	-	(372.000.000)	-	(372.000.000)	-	(372.000.000)
Distribuição de reservas livres	13, 15	-	-	-	-	(472.000.000)	-	(472.000.000)	-	(472.000.000)
Desafetação de reservas nos termos artº 324º do CSC	15	-	-	-	(320.000.000)	320.000.000	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.000.000.000	-	174.887.958	-	778.740.908	-	778.740.908	61.230.652	2.014.859.518

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(4.212.143)	(3.168.438)
Pagamentos ao pessoal		(93.186)	(44.349)
Fluxos gerados pelas operações		(4.305.329)	(3.212.787)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1.151.475)	3.147.927
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		2.325.965	477.432
Fluxos das atividades operacionais (1)		(3.130.839)	412.572
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	31	217.078.035	39.288.084
Juros e rendimentos similares		29.962.935	42.805.004
Dividendos		67.225	1.611.750
Outros		7.364.871	9.857.867
Empréstimos concedidos		4.981.451.096	5.526.563.482
		5.235.924.162	5.620.126.187
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	31	(1.800.000)	(42.029.068)
Empréstimos concedidos		(3.932.548.312)	(5.444.946.246)
		(3.934.348.312)	(5.486.975.314)
Fluxos das atividades de investimento (2)		1.301.575.850	133.150.873
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	32	7.604.502.973	7.394.553.858
		7.604.502.973	7.394.553.858
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	32	(7.969.848.277)	(7.439.953.213)
Juros e gastos similares		(69.680.651)	(47.859.012)
Dividendos	13, 15	(472.000.000)	(40.000.000)
Reduções de capital e prestações suplementares	13, 15	(372.000.000)	-
		(8.883.528.928)	(7.527.812.225)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(1.279.025.955)	(133.258.367)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		19.419.057	305.079
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	(2.036.661)	(2.341.740)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	17.382.396	(2.036.661)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

SONAE MC, SGPS, SA

(Ex SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

No dia 24 de julho de 2018 a sociedade alterou sua denominação social de Sonae Investimentos, SGPS, SA para Sonae MC, SGPS, SA.

A SONAE MC, SGPS, SA “empresa” ou “Sonae MC”, é uma sociedade anónima, com sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 6).

2 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo Interpretations Committee (“IFRS-IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras,

disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2018, e que se encontram divulgados na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras anexas dado, na sua maioria não serem aplicáveis às demonstrações financeiras separadas da Empresa .

Impactos IFRS 9 e IFRS 15

Relativamente a estas normas que se tornaram efetivas no período iniciado a 1 de janeiro de 2018, os impactos foram os seguintes:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 trata da classificação, mensuração e desreconhecimento de instrumentos financeiros, introduzindo alterações ao nível da classificação dos ativos financeiros, do cálculo de imparidade de ativos financeiros e da designação de relações de cobertura.

Com a adoção da IFRS 9, a empresa analisou os seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a empresa optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de clientes e contas a receber da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo de perdas estimadas, e não com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores e empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes. A empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são registadas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

IFRS 15 - Reconhecimento do Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, bem como normas ainda não aprovadas pela União Europeia, as quais a empresa não aplicou antecipadamente e que não se estima virem a implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras, encontrando-se em finalização a análise de possíveis impactos decorrentes da aplicação da IFRS 16, que se antecipam imateriais. A descrição de tais normas encontra-se igualmente na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da empresa.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

3.4 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 5.

a) Ativos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Reconhecimento:

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação:

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
 - a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

- b) no caso de de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros do grupo por categoria encontra-se divulgada na nota 5.

Mensuração:

A empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade:

A empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”, a empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada

igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros:

A empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Classificação:

Os investimentos detidos até à maturidade eram classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento fosse inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a empresa tinha intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluíam os investimentos detidos para negociação que a empresa adquiria tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira como Investimentos correntes.

A empresa classificava como ativos financeiros disponíveis para venda os que não eram enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos eram classificados como ativos não correntes, exceto se houvesse intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Reconhecimento e mensuração:

Todas as compras e vendas destes investimentos eram reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos eram inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que era, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos eram inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação eram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento eram registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda eram reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu

valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que pudessem vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não eram cotados e para os quais não era possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, eram mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados eram registados(as) na rubrica de “Ganhos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados.

Imparidade:

A Empresa avaliava a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não eram mensurados ao justo valor através de resultados. Se existisse uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhecia uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, na rubrica “Provisões e Perdas por imparidade”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda eram registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situasse abaixo do seu custo de aquisição e que tal correspondesse a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada era registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constituía prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considerava-se que um investimento se encontrava em imparidade quando ocorria um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Desreconhecimento:

A empresa desreconhecia ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tivessem expirado ou tivessem sido transferidos, e a empresa tivesse transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 3.4 k).

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade eram registadas na sequência de eventos ocorridos que indicassem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não seria recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificarem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 5.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Passivos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os passivos financeiros eram classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Outros passivos financeiros.

A categoria “Outros passivos financeiros” incluía os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos eram reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente eram mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros eram desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 3.6. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- iv) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- v) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- vi) o rácio de cobertura designado pela empresa, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a empresa pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados.

Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017

Os critérios utilizados pela empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa eram os seguintes:

- i) Esperava-se que a cobertura fosse altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- ii) A eficácia da cobertura podia ser fiavelmente mensurada;
- iii) Existia adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- iv) A transação objeto de cobertura era altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro eram inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual correspondia ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos eram reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afetava resultados.

Para os derivados designados como de cobertura no âmbito da IAS 39 verificou-se que cumpriam com os critérios de cobertura no âmbito da IFRS 9, pelo que não houve lugar a qualquer ajustamento a 1 de janeiro de 2018.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade de ativos financeiros

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na nota 4.2.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avaliava, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos era inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e “Outras dívidas de terceiros” eram avaliados tendo por base a situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

3.5 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.6 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

3.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais.

3.8 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A Sonae MC encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira Outras dívidas de terceiros/Outras dívidas a terceiros respetivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.10 Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 23.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa .

4.1 Risco de mercado

Pela sua natureza e relevância, revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

4.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Quando são utilizados derivados na gestão do risco de taxa de juro, os instrumentos utilizados pela Empresa são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Estima-se que a exposição a este risco à data das demonstrações da posição financeira, seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2018 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 9 milhões euros (13 milhões euros em 2017), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa .

4.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras separadas das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

4.1.3 Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2018 a maturidade média da dívida da empresa , ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 3,3 anos (2017: 4,0 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2018, o montante de empréstimos com vencimento em 2019 é de 19 milhões de euros (163 milhões de euros com vencimento para 2018) e em 31 de dezembro de 2018 a empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 94 milhões de euros (94 milhões de euros em 2017) com compromisso inferior ou igual a um ano e 137 milhões de euros (150 milhões de euros em 2017) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a empresa possuía em 31 de dezembro de 2018 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 12. Face ao anteriormente exposto a empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

4.2 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

5 CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 3.4, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram classificados como segue:

31.dezembro.2018				
	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Outros ativos /passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	8	819.906.686	-	819.906.686
Ativos não correntes		819.906.686	-	819.906.686
Outras dívidas de terceiros	9	783.916.162	-	783.916.162
Outros ativos correntes	11	1.152.986	1.195.980	2.348.966
Caixa e equivalentes de caixa	12	17.382.396	-	17.382.396
Ativos correntes		802.451.544	1.195.980	803.647.524
Ativos financeiros		1.622.358.230	1.195.980	1.623.554.210
Empréstimos obrigacionistas	16	254.870.409	-	254.870.409
Empréstimos bancários	16	313.000.000	-	313.000.000
Passivos não correntes		567.870.409	-	567.870.409
Empréstimos obrigacionistas	16	2.996.380	-	2.996.380
Empréstimos bancários	16	15.500.000	-	15.500.000
Fornecedores	18	262.304	-	262.304
Outras dívidas a terceiros	19	548.239.160	-	548.239.160
Outros passivos correntes	20	2.459.390	-	2.459.390
Passivos correntes		569.457.234	-	569.457.234
Passivos financeiros		1.137.327.643	-	1.137.327.643

31.dezembro.2017				
	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Outros ativos /passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	8	1.444.692.956	-	1.444.692.956
Ativos não correntes		1.444.692.956	-	1.444.692.956
Outras dívidas de terceiros	9	1.215.249.146	-	1.215.249.146
Outros ativos correntes	11	1.640.954	1.593.203	3.234.157
Caixa e equivalentes de caixa	12	475.958	-	475.958
Ativos correntes		1.217.366.058	1.593.203	1.218.959.261
Ativos financeiros		2.662.059.014	1.593.203	2.663.652.217
Empréstimos obrigacionistas	16	257.306.545	-	257.306.545
Empréstimos bancários	16	213.500.000	-	213.500.000
Outros passivos não correntes	17	400.000.000	-	400.000.000
Passivos não correntes		870.806.545	-	870.806.545
Empréstimos obrigacionistas	16	52.970.806	-	52.970.806
Empréstimos bancários	16	110.012.621	-	110.012.621
Fornecedores	18	168.320	-	168.320
Outras dívidas a terceiros	19	469.514.996	-	469.514.996
Outros passivos correntes	20	2.621.100	-	2.621.100
Passivos correntes		635.287.843	-	635.287.843
Passivos financeiros		1.506.094.388	-	1.506.094.388

6 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2018						
	% detenção	Custo de aquisição			Saldo final	Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições			
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	-	300.000	-	300.000 (3)	-	-	
Elergone Energia, Lda	75,00%	1.196.862	-	-	1.196.862	1.196.862	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	103.497.607	-	103.497.607 (2)	-	-	
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	143.429	-	-	143.429	143.429	
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	-	2.050.000	500.000 (1)	2.550.000 (2)	-	-	
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	24.790.614	
MOVVO, SA	25,58%	3.632.843	-	-	3.632.843	3.632.843	
SFS - Gestão e Consultoria, SA (ex: SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA)	-	30.980.000	-	30.980.000 (2)	-	-	
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	-	2.050.000	-	2.050.000 (2)	-	-	
SCBrasil Participações, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	19.600.308	19.600.308	
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA (ex: Sonae Center Serviços II, SA)	100,00%	60.032.319	-	-	60.032.319	60.032.319	
Modelo Continente, SGPS, SA (ex: Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA)	100,00%	1.438.804.276	-	-	1.438.804.276	1.438.804.276	
Sonae Financial Services, SA	-	20.330.000	1.300.000 (1)	21.630.000 (2)	-	-	
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	1 (2)	-	-	
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	-	384.351	-	384.351 (2)	-	-	
Total		1.707.792.609	1.800.000	161.391.958	1.548.200.650	23.233.151	

- (1) Cobertura de prejuízos;
- (2) Alienação a entidades relacionadas;
- (3) Liquidação da sociedade;

Durante o exercício de 2018 foram revertidas imparidades sobre os investimentos de partes de capital em subsidiárias conforme notas 21 e 24.

Empresa	31.dezembro.2017						
	% detenção	Custo de aquisição			Saldo final	Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições			
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	22,75%	300.000	-	-	300.000	-	
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	2.394.591	-	2.394.591 (5)	-	-	
Elergone Energia, Lda	75,00%	1.118.737	78.125 (1)	-	1.196.862	1.196.862	
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	80,40%	103.497.607	-	-	103.497.607	103.497.607	
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	-	-	1.267.876 (1)	1.124.447 (6)	143.429	143.429	
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	100,00%	50.000	2.000.000 (3)	-	2.050.000	2.050.000	
MDS, SGPS, SA	-	59.766.920	-	59.766.920 (5) (6)	-	-	
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	24.790.614	
MOVVO, SA	25,58%	3.252.061	380.782 (2)	-	3.632.843	3.632.843	
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	-	2.100.000	87.910 (2)	2.187.910 (5)	-	-	
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.513.379	-	1.513.379 (5)	-	-	
SFS - Gestão e Consultoria, SA (ex: SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA)	99,99%	50.000	30.930.000 (2) (3)	-	30.980.000	30.980.000	
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	100,00%	-	2.050.000 (3) (4)	-	2.050.000	2.050.000	
SCBrasil Participações, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	19.600.308	19.600.308	
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA (ex: Sonae Center Serviços II, SA)	100,00%	58.032.319	2.000.000 (3)	-	60.032.319	60.032.319	
Modelo Continente, SGPS, SA (ex: Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA)	100,00%	1.438.804.276	-	-	1.438.804.276	1.390.587.276	
Sonae Financial Services, SA	100,00%	17.330.000	3.000.000 (2) (3)	-	20.330.000	20.330.000	
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	-	1	1	
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	384.351	
Total		1.732.985.162	41.794.693	66.987.246	1.707.792.610	71.450.151	

- (1) Aquisição a entidade não relacionada;
- (2) Cobertura de prejuízos/prestações acessórias;
- (3) Aumento de capital;
- (4) Constituição;
- (5) Alienação a entidades relacionada;
- (6) Alienação a entidades não relacionadas.

Durante o exercício de 2017 foram revertidas imparidades sobre os investimentos de partes de capital em subsidiárias conforme notas 21 e 24.

Em resultado das alienações efetuadas no exercício de 2017, foram revertidas perdas por imparidade e reconhecidos ganhos conforme notas 21 e 24.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas amortizações era o seguinte:

Ativo bruto	Propriedade industrial	Total ativos intangíveis
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.414.091	1.414.091
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1.414.091	1.414.091
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1.414.091	1.414.091
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.413.876	1.413.876
Aumentos	129	129
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1.414.005	1.414.005
Aumentos	86	86
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1.414.091	1.414.091
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2017	86	86
A 31 de dezembro de 2018	-	-

8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Empréstimos concedidos (notas 23 e 34)	819.906.686	1.443.692.956
Outras dívidas de terceiros	-	1.000.000
	819.906.686	1.444.692.956

Os empréstimos concedidos a empresa s subsidiárias e associadas têm natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresa s do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 3.4.

No exercício de 2018 encontram-se registadas perdas por imparidade no montante de 14.375.871 euros no empréstimo concedido à SCBrasil Participações, Ltda (3.241.916 euros em 2017) (nota 21).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os empréstimos concedidos não se encontram vencidos.

Em setembro de 2018 o crédito sobre a MDS, SGPS, SA no montante de 1.000.000 euros registado na rubrica outras dívidas de terceiros, foi cedido a uma entidade relacionada.

9 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Empréstimos de curto prazo (notas 23 e 34)	752.392.528	1.188.643.000
Juros por liquidar	18.481.133	19.560.207
Impostos - RETGS	9.972.890	2.255.524
Liquidações adicionais IRC	17.721	17.721
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3 de novembro)	1.002.114	1.002.114
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro)	1.108.699	2.763.268
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro)	788.298	788.298
Outros	194.095	232.536
	<u>783.957.478</u>	<u>1.215.262.668</u>
Perdas por imparidade acumuladas (nota 21)	(41.316)	(13.522)
	<u>783.916.162</u>	<u>1.215.249.146</u>

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

O montante de 9.972.890 euros (2.255.524 euros a 31 dezembro 2017) registado na rubrica impostos (RETGS), corresponde ao montante a receber relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, no qual a Sonae, SGPS, é a sociedade dominante.

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2017 de 3 de novembro), correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae MC que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

O justo valor dos empréstimos concedidos a empresa s subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

10 ESTADO E OUTROS ENTRES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Imposto sobre o rendimento	5.619.212	5.619.212
Outros	120	120
Saldos devedores	5.619.332	5.619.332
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Imposto sobre o rendimento	1.893.202	1.893.202
Contribuições para a segurança social	33.881	677
Retenção de imposto sobre rendimentos	33.008	3
Saldos credores	1.960.091	1.893.882

O valor na rubrica saldos devedores corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsado.

11 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de outros ativos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Juros a receber	696.151	1.163.639
Juros de mora ou indemnizatórios	187.030	187.030
Fianças	269.805	245.285
Outros	-	45.000
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.152.986	1.640.954
Seguros	29.620	120.334
Custos com emissão de dívida	1.166.360	1.472.869
Gastos diferidos	1.195.980	1.593.203
	2.348.966	3.234.157

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Depósitos bancários	17.382.396	475.958
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	17.382.396	475.958
Descobertos bancários (nota 16)	-	(2.512.621)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	17.382.396	(2.036.662)

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

13 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1 euro.

A 17 de setembro de 2018 a subsidiária, Modelo Continente, SGPS, SA (Ex Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA), alienou 100.000.000 ações da Sonae MC, SGPS, SA à Sonae, SGPS, SA.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 26 de setembro de 2018 procedeu-se à distribuição de reservas livres no montante de 472.000.000 euros e a restituição das entradas facultativas de capital no montante de 372.000.000 euros (nota 15).

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2018, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 no montante de 843.784 euros foi aplicado em reservas legais (42.190 euros), reservas livres (801.594 euros).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Sonae, SGPS, SA	35,0287%	25,0287%
Sonae Investments BV	13,1444%	13,1419%
Modelo Continente, SGPS, SA	-	10,0000%
Sonaecenter Serviços, SA	51,8269%	51,8269%
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	-	0,0025%

Em 31 de dezembro de 2018 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA, empresa que direta e indiretamente detém 100% da sociedade.

14 RESERVAS LEGAIS

A Empresa constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais.

15 OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de reservas era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Reserva nos termos do artº 324º CSC	-	320.000.000
Entradas facultativas de capital	-	372.000.000
Outras reservas	778.740.908	929.939.314
	778.740.908	1.621.939.314

A 17 de setembro de 2018 a subsidiária, Modelo Continente, SGPS, SA (Ex Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA), alienou 100.000.000 ações representativas do capital social da Sonae MC, SGPS, SA à Sonae, SGPS, SA, pelo que as reservas livres que se encontravam indisponíveis no montante de 320.000.000 euros, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, passaram a estar disponíveis.

Foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 26 de setembro de 2018, a distribuição de reservas livres no montante de 472.000.000 euros e a restituição da totalidade das entradas facultativas de capital no montante de 372.000.000 euros.

16 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	50.000.000	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2022	75.000.000	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	30.000.000	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	95.000.000	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	6.000.000	9.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(1.129.591)	(1.693.455)
Empréstimos obrigacionistas	254.870.409	257.306.545
Papel comercial	313.000.000	182.500.000
Outros empréstimos bancários	-	31.000.000
Empréstimos bancários	313.000.000	213.500.000
Empréstimos não correntes	567.870.409	470.806.545
	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / 2016/2021	3.000.000	3.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(3.620)	(29.194)
Empréstimos obrigacionistas	2.996.380	52.970.806
Papel comercial	15.500.000	7.500.000
Outros empréstimos bancários	-	100.000.000
Descobertos bancários (nota 12)	-	2.512.621
Empréstimos bancários	15.500.000	110.012.621
Empréstimos correntes	18.496.380	162.983.427

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	31.dezembro.2018		31.dezembro.2017	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	18.500.000	6.433.366	163.012.621	6.952.560
N+2	156.000.000	5.863.231	10.500.000	5.983.847
N+3	248.000.000	3.183.834	88.000.000	5.892.725
N+4	135.000.000	1.175.967	184.200.000	3.411.126
N+5	20.000.000	334.583	159.800.000	1.520.543
após N+5	10.000.000	248.417	30.000.000	583.000
	587.500.000	17.239.398	635.512.621	24.343.801

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, para além dos montantes referidos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 12) a empresa dispunha ainda das linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31.dezembro.2018		31.dezembro.2017	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	101.500.000	450.000.000	105.500.000	432.500.000
Montante de linhas disponíveis	94.000.000	137.000.000	94.183.125	150.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2018 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,21% (1,33% em 31 de dezembro de 2017).

17 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A 27 de setembro a empresa procedeu à amortização antecipada da totalidade do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros, emitido em 28 de dezembro de 2010 (nota 25).

18 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa .

19 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Empresas do grupo:		
Empréstimos de curto prazo (notas 23 e 34)	547.974.423	467.819.727
Impostos - RETGS	218.612	1.660.038
Fornecedores de investimentos	33.800	33.800
Outros	12.325	1.431
	548.239.160	469.514.996

20 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe da rubrica outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Juros a liquidar	1.039.624	1.438.230
Fianças	1.049.794	966.463
Outros	369.972	216.407
Credores por acréscimos de gastos	2.459.390	2.621.100

21 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

2018	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Imparidade em investimentos (notas 6 e 24)	71.450.151	-	48.217.000	23.233.151
Imparidade em outros ativos não correntes (notas 8 e 24)	3.241.916	11.133.956	-	14.375.872
Imparidade em outras dívidas de terceiros (nota 9)	13.522	27.794	-	41.316

As diminuições registados na rubrica de investimentos e os aumentos registados na rubrica de outros ativos não correntes encontram-se refletidos da demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

2017	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Imparidade em investimentos (notas 6 e 24)	107.293.277	14.696.583	50.539.709	-	71.450.151
Imparidade em outros ativos não correntes (notas 8 e 24)	5.691.916	-	1.000.000	(1.450.000)	3.241.916
Imparidade em outras dívidas de terceiros (nota 9)	-	13.522	-	-	13.522

Os aumentos e diminuições registados na rubrica de investimentos e outros ativos não correntes encontram-se refletidos da demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

22 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso		
Garantias bancárias	91.944.064	91.997.043
Fianças prestadas pela empresa mãe	244.707.426	245.298.495
outras	1.770.000	1.770.000
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	62.887.051	62.888.849

- a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias a favor da Administração Tributária relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados, a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes a cobertura de prejuízos acumulados por sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação, bem como à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada, bem como correções relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2017 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores, à data de 31 de dezembro de 2018 encontram-se em aberto o montante de cerca de 5.099.431.000 euros (6.754.000 euros em 31 de dezembro de 2017) tendo sido canceladas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

23 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos:	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Acionistas	10.034.214	2.300.467
Empresas subsidiárias	19.513.128	21.083.764
Empresas controladas conjuntamente	-	1.000.000
Empresas associadas	-	27.794
Contas a receber	29.562.238	24.412.026
Acionistas	1.061.371	966.463
Empresas subsidiárias	544.389	2.048.451
Empresas controladas conjuntamente	-	19.704
Outras partes relacionadas	118.995	355.746
Contas a pagar	1.724.755	3.390.365
Empresas subsidiárias	1.586.675.087	2.635.577.873
Empréstimos concedidos (nota 8 e 9)	1.586.675.087	2.635.577.873
Empresas subsidiárias	547.974.423	467.819.727
Outras partes relacionadas	-	400.000.000
Empréstimos obtidos (nota 19)	547.974.423	867.819.727

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Transações:		
Acionistas	1.090.067	1.025.537
Empresas subsidiárias	224.290	4.201
Empresas controladas conjuntamente	-	13.217
Outras partes relacionadas	38.138	143
Compras e serviços recebidos	1.352.495	1.043.098
Acionistas	51.115	47.302
Empresas subsidiárias	213.200	298.805
Outros rendimentos	279.608	346.107
Empresas subsidiárias	26.469.151	30.639.034
Empresas controladas conjuntamente	-	8.751
Juros auferidos (nota 25)	26.634.013	30.647.785
Acionistas	438.464	613.322
Empresas subsidiárias	2.346.029	2.912.917
Outras partes relacionadas	24.848.032	32.487.993
Juros suportados (nota 25)	27.632.525	36.014.232
Outras partes relacionadas	32.000.000	-
Outros gastos e perdas de financiamento (nota 25)	32.000.000	-
Empresas subsidiárias	-	1.611.750
Dividendos auferidos (nota 24)	67.225	1.611.750
Empresas subsidiárias	7.364.871	9.857.867
Rendimentos unidades de participação (nota 24)	7.364.871	9.857.867
Acionistas	140.074.991	-
Empresas subsidiárias	8	37.539.630
Outras partes relacionadas	75.748.240	-
Alienação de investimentos financeiros	215.823.239	37.539.630

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Em 2018 e 2017, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Benefícios de curto prazo	93.750	-
	93.750	-

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam saldos com os administradores da Empresa .

24 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Dividendos:		
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	1.500.000
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	67.225	111.750
	<u>67.225</u>	<u>1.611.750</u>
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	7.346.137	9.840.439
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	18.735	17.428
	<u>7.364.872</u>	<u>9.857.867</u>
Reversão / (perdas) de imparidade em investimentos financeiros:		
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	2.394.591
MDS, SGPS, SA	-	17.770.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	-	3.280.000
Modelo Continente, SGPS, SA (ex: Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA)	48.217.000	15.083.000
MOVVO, SA	-	(3.632.843)
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	948.379
	<u>48.217.000</u>	<u>35.843.127</u>
Reversão / (perda) de imparidade em outros ativos não correntes:		
MDS, SGPS, SA	-	1.000.000
SCBrasil Participações, Ltda	(11.133.956)	-
	<u>(11.133.956)</u>	<u>1.000.000</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos:		
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	(45.203)	-
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	(1.850.319)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	18.298.083	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	(1.470.000)	-
MDS, SGPS, SA	-	(28.841.210)
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	-	(219.377)
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	2.594.243
SFS - Gestão e Consultoria, SA (ex: SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA)	15.473.140	-
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	(798.000)	-
Sonae Financial Services, SA	23.070.000	-
Sonae SR Malta Holding Limited	6	-
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	158.049	-
	<u>54.686.075</u>	<u>(28.316.663)</u>
	<u>99.201.216</u>	<u>19.996.081</u>

25 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	16.205	20.721
relativos a empréstimos concedidos	26.634.013	30.647.786
outros	-	1.786
Outros ganhos financeiros	1.766.156	34.825
Rendimentos e ganhos financeiros	28.416.374	30.705.118
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(2.748.260)	(2.343.598)
relativos a obrigações não convertíveis	(4.838.469)	(5.983.003)
relativos a empréstimos obtidos	(27.632.552)	(36.014.232)
Outros gastos e perdas financeiras:		
outros gastos e perdas financiamento	(32.000.000)	-
encargos com emissão de dívida	(2.877.564)	(3.403.975)
outros gastos e perdas financeiras	(13.184)	(11.827)
Gastos e perdas financeiras	(70.110.029)	(47.756.635)

O montante de 32.000.000 euros registado na rubrica de outros gastos e perdas de financiamento respeita à amortização antecipada do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros (notas 17 e 23).

26 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Recuperação de encargos	8.491	93.155
Fianças	279.575	258.718
Outros proveitos operacionais	340.741	276.371
	628.807	628.244

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Trabalhos especializados	1.800.356	243.679
Publicidade e proganda	82.026	-
Serviços bancários	1.141.269	1.182.143
Seguros	521.905	483.988
Contencioso e notariado	6.839	5.645
Fianças	1.089.811	1.025.537
Outros fornecimentos e serviços	7.340	650
	4.649.546	2.941.642

Do montante registado em trabalhos especializados cerca de 1,4 milhões correspondem a custos incorridos com consultoria.

28 GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de gastos com pessoal era o seguinte:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Remunerações	126.258	30.950
Encargos sobre remunerações	27.739	6.728
Outros gastos com o pessoal	5.696	6.629
	159.693	44.307

29 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Imposto corrente	894	(383.074)
Imposto diferido	(8.011.024)	(3.042)
Total	(8.010.130)	(386.116)

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Resultado antes de imposto	53.220.522	457.668
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	11.176.310	96.110
Prejuízos fiscais que não deram origem a impostos diferidos	-	2.059.362
Perdas de imparidade não aceites fiscalmente	2.340.758	3.089.122
Reversão perdas de imparidade não aceites fiscalmente	(10.125.570)	(10.823.339)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	894	(383.074)
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(11.403.831)	5.911.347
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(14.117)	(338.468)
Outros	15.425	2.824
Imposto sobre o rendimento	(8.010.130)	(386.116)

30 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	61.230.652	843.784
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	61.230.652	843.784
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	929.315.068	900.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	929.315.068	900.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,0659	0,0009

32 RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 é como se segue:

	Empréstimos obtidos (nota 16)	Empresas do grupo (notas 17 e 19)
Saldo 1 de janeiro de 2017	584.000.000	962.219.082
Recebimentos de empréstimos bancários	3.029.000.000	-
(Pagamentos) de empréstimos bancários	(2.977.000.000)	-
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	(3.000.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	4.365.178.858
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(4.459.578.213)
Saldo 31 de dezembro de 2017	633.000.000	867.819.727
Saldo 1 de janeiro de 2018	633.000.000	867.819.727
Recebimentos de empréstimos bancários	3.369.300.000	-
(Pagamentos) de empréstimos bancários	(3.361.800.000)	-
(Pagamentos) de empréstimos obrigacionistas	(53.000.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	4.235.202.973
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(4.555.048.277)
Saldo 31 de dezembro de 2018	587.500.000	547.974.423

33 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

34 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2018 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

SCBrasil Participações, Ltda

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2018 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Amor Bio - Mercado Biológico Lda

Asprela - Sociedade Imobiliária, SA

Azulino - Imobiliária, SA

BB Food Service, SA

Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA

Bom Momento - Restauração, SA

BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA
Continente Hipermercados, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA
Elergone Energia, Lda
Farmácia Seleção, SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA
Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Imosistema- Sociedade Imobiliária, SA
Make Notes Design, Lda
Modelo Continente, SGPS, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA
Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, SA
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA
SFS - Gestão e Consultoria, SA
SK Skin Health Cosmetics, SA
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA

Sonae Financial Services, SA

Sonae MC – Serviços Partilhados, SA

Sonae SGPS, SA

Sonaerp – Retail Properties, SA

Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Textil do Marco, SA

Valor N, SA

WRT Business – Distribuição de Eletrodomésticos, Eletrónica e Informática, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2018
Azulino - Imobiliária, SA	1.013.826
BB Food Service, SA	2.234.000
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	9.636.000
Bom Momento - Comercio Retalhista, SA	1.604.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	1.978.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	3.524.000
Continente Hipermercados, SA	386.651.896
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	47.387.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	13.820.000
Elergone Energias, Lda	2.985.000
Farmácia Seleção, SA	3.957.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	3.351.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	7.295.701
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	3.734.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	497.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	3.454.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	3.550.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.681.000
Make Notes Design, Lda	1.744.000
Modelo Hiper Imobiliária, SA	9.955.000
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	1.986.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	8.495.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	15.099.000
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	289.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	4.479.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	4.118.000
Valor N, SA	2.456.000
	547.974.423

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2018
Amor Bio - Mercado Biológico, Lda	334.000
Asprela - Sociedade Imobiliária, SA	1.015.000
Bom Momento - Comércio Retalhista, SA	1.000
BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA	2.167.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	276.000
Go Well,SA	200.000
Modelo Continente Hipermercados, SA	639.702.000
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	319.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	1.103.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	483.000
SCBrasil Participações, Ltda	14.375.872
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	22.360.000
Modelo Continente, SGPS, SA	890.686.687
Sonaerp - Retail Properties, SA	12.535.528
Sondis Imobiliária, SA	1.117.000
	1.586.675.087

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2018 até esta data que necessitem ser divulgados.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 29 de março de 2019

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Álvaro José Barrigas do Nascimento

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

Maria Inês Martins Valadas

**Certificações legais de contas
e
Relatório e parecer do Conselho Fiscal**



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.759.279.229 euros e um total de capital próprio de 760.995.271 euros, incluindo um resultado líquido de 648.954.594 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;



- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

8 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.154.147.252 euros e um total de capital próprio de 2.014.859.518 euros, incluindo um resultado líquido de 61.230.652 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae MC, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, 1,2,4, I.3.1,1.3.2, 1.5.1, 1.5.2, III.1.1, III.8 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), III.11, III.12, IV.4, V.1.2 (com incidência na apreciação do cumprimento do orçamento e na gestão de risco, em conformidade e no âmbito da sua competência legal) VII.1.1,VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou dez reuniões, cinco das quais presenciais, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018;

SONAE MC, SGPS, SA

c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 8 de abril de 2019

O Conselho Fiscal



Armando Luis Vieira de Magalhães



António Augusto Almeida Trábulo



Maria José Martins Lourenço da Fonseca